

DIÁRIO DA CÂMARA LEGISLATIVA

Órgão Oficial do Poder Legislativo do Distrito Federal

Ano VII Nº 121

Brasília, sexta-feira, 10 de julho de 1998

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

MESA DIRETORA

Presidente: Lúcia Carvalho (PT)

Vice-Presidente: Luiz Estevão (PMDB)

1º Secretário: José Edmar (PMDB)

2º Secretário: Benício Tavares (PTB)

3º Secretário: João de Deus (PDT)

Suplentes da Mesa: Daniel Marques (PMDB) e César Lacerda (PTB)

I - COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Presidente: Wasny de Roure (PT)

Vice-Presidente: José Edmar (PMDB)

Membros Efetivos: Cláudio Monteiro (PDT), Oeraldo Magela (PT), Renato Rainha (PL), Manoel de Andrade (PMDB) e Tadeu Filippelli (PMDB)

Suplentes: Xavier (PPB), Antonio José (Cafu) (PT), Daniel Marques (PMDB), João de Deus (PDT), Marcos Arruda (PMDB), Maria José Maninha (PT) e Odilon Aires (PMDB)

II - COMISSÃO DE ECONOMIA, ORÇAMENTO E FINANÇAS

Presidente: Daniel Marques (PMDB)

Vice-Presidente: Pedro Celso (PT)

Membros Efetivos: João de Deus (PDT), Jorge Cauhy (PMDB), Marcos Arruda (PMDB), Maria José Maninha (PT), e Odilon Aires (PMDB)

Suplentes: Benício Tavares (PTB), Cláudio Monteiro (PDT), Oeraldo Magela (PT), Manoel de Andrade (PMDB), Edimar Pireneus (PMDB), Tadeu Filippelli (PMDB) e Wasny de Roure (PT)

III - COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS

Presidente: César Lacerda (PTB)

Vice-Presidente: Edimar Pireneus (PMDB)

Membros Efetivos: Xavier (PPB), Antonio José (Cafu) (PT), Benício Tavares (PTB), Peniel Pacheco (PSDB), e Zé Ramalho (PDT)

Suplentes: Daniel Marques (PMDB), Geraldo Magela (PT), João de Deus (PDT), Jorge Cauhy (PMDB), José Edmar (PMDB), Maria José Maninha (PT) e Renato Rainha (PL)

IV - COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA

Presidente: Xavier (PPB)

Vice-Presidente: Manoel de Andrade (PMDB)

Membros Efetivos: Antonio José (Cafu) (PT), José Edmar (PMDB), Marco Lima (PSDB), Odilon Aires (PMDB) e Zé Ramalho (PDT)

Suplentes: Benício Tavares (PTB), César Lacerda (PTB), Cláudio Monteiro (PDT), Daniel Marques (PMDB), Peniel Pacheco (PSDB), Tadeu Filippelli (PMDB) e Wasny de Roure (PT)

V - COMISSÃO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

Presidente: Odilon Aires (PMDB)

Vice-Presidente: Marcos Arruda (PMDB)

Membros Efetivos: Edimar Pireneus (PMDB), Marco Lima (PSDB), Odilon Aires (PMDB), e Wasny de Roure (PT)

Suplentes: Manoel de Andrade (PMDB) e Antonio José (Cafu) (PT)

Sumário

Atas	1
Redação Final	20
Mesa Diretora	21

Atas

TERCEIRA SECRETARIA DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO

SETOR DE TRAMITAÇÃO, ATA E SÚMULA SETOR DE TAQUIGRAFIA

4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 2ª LEGISLATURA

ATA DA 71ª (SEPTUAGÉSIMA PRIMEIRA) SESSÃO ORDINÁRIA,

EM 17 DE JUNHO DE 1998.

I - SÚMULA

PRESIDÊNCIA: Deputada Lucia Carvalho.

SECRETARIA: Deputados César Lacerda e Zé Ramalho.

LOCAL: Plenário da Câmara Legislativa do Distrito Federal.

INÍCIO: 15 horas e 40 minutos.

TÉRMINO: 17 horas e 3 minutos.

PRESENÇA: Compareceram os seguintes deputados:

- | | |
|----------------------------|-------------------------|
| • Antônio José - CAFU (PT) | • Manoelzinho (PMDB) |
| • César Lacerda (PTB) | • Marco Lima (PSDB) |
| • Cláudio Monteiro (PDT) | • Marcos Arruda (PMDB) |
| • Daniel Marques (PMDB) | • Odilon Aires (PMDB) |
| • Edimar Pireneus (PMDB) | • Pedro Celso (PT) |
| • Filippelli (PMDB) | • Peniel Pacheco (PSDB) |
| • Geraldo Magela (PT) | • Renato Rainha (PL) |
| • João de Deus (PDT) | • Wasny de Roure (PT) |
| • Jorge Cauhy (PMDB) | • Xavier (PPB) |
| • José Edmar (PMDB) | • Zé Ramalho (PDT) |
| • Lucia Carvalho (PT) | |

1 - ABERTURA**Presidente (Deputada Lucia Carvalho):**

- Está aberta a sessão.
- Sob a proteção de Deus, são iniciados os trabalhos.

2 - ORDEM DO DIA

(1º) Discussão, em bloco, dos seguintes itens:

ITEM 22: Discussão, em 1º turno, 1º dia, do **Projeto de Lei Complementar nº 60, de 1996**, de autoria do Deputado Geraldo Magela, que "Dispõe sobre a desafetação da área pública que especifica e dá outras providências".

ITEM 23: Discussão, em 1º turno, 1º dia, do **Projeto de Lei Complementar nº 130, de 1997**, de autoria do Deputado José Edmar, que "Amplia lote na Área Especial nº 9, do Setor QNJ de Taguatinga - RA III e dá outras providências".

ITEM 24: Discussão, em 1º turno, 3º dia, do **Projeto de Lei nº 1.219, de 1993**, de autoria do Deputado Wasny de Roure, que "Regulamenta o art. 298 da Lei Orgânica do Distrito Federal".

ITEM 25: Discussão, em 1º turno, 3º dia, do **Projeto de Lei nº 687, de 1995**, de autoria do Deputado Edimar Pireneus, que "Institui o Sistema Integrado de Ensino, Educação e Extensão Rural e dá outras providências".

ITEM 26: Discussão, em 1º turno, 3º dia, do **Projeto de Lei nº 751, de 1995**, de autoria do Deputado Marco Lima, que "Dispõe sobre a utilização das unidades desportivas das Divisões Regionais de Desporto, Lazer e Turismo (DRDLTs) das administrações regionais e dá outras providências".

ITEM 27: Discussão, em 1º turno, 3º dia, do **Projeto de Lei nº 1.092, de 1996**, de autoria do Deputado Peniel Pacheco, que "Dispõe sobre a obrigatoriedade de constar nas placas inaugurais das obras públicas do Distrito Federal o nome de um operário da obra".

ITEM 28: Discussão, em 1º turno, 3º dia, do **Projeto de Lei nº 1.258, de 1996**, de autoria do Deputado Renato Rainha, que "Dispõe sobre o acompanhamento médico, odontológico e psicológico às crianças e aos adolescentes matriculados na rede de ensino público do Distrito Federal".

Obs.: Em tramitação conjunta com o **Projeto de Lei nº 2.628, de 1997**, de autoria do Deputado Xavier, que "Estabelece a obrigatoriedade da realização de exame odontológico gratuito em alunos da pré-escola e do 1º grau da Rede Pública de Ensino e dá outras providências".

ITEM 29: Discussão, em 1º turno, 3º dia, do **Projeto de Lei nº 1.523, de 1996**, de autoria do Deputado Filippelli, que "Dispõe sobre a infração ao Regulamento do Serviço de Transporte Público Alternativo do Distrito Federal (STPA/DF)".

ITEM 30: Discussão, em 1º turno, 3º dia, do **Projeto de Lei nº 1.581, de 1996**, de autoria do Deputado Benício Tavares, que "Altera o inciso II do art. 2º da Lei nº 964/95, que 'Autoriza a instalação de atividades de prestação de serviços de promoção e realização de eventos de natureza social ou cultural em edificações de uso residencial do Setor de Mansões Park Way (SMPW) e dá outras providências".

ITEM 31: Discussão, em 1º turno, 3º dia, do **Projeto de Lei nº 1.597, de 1996**, de autoria do Deputado Cláudio Monteiro, que "Autoriza o Governo do Distrito Federal a firmar Termo de Permissão de Uso dos estádios de futebol com clubes de futebol profissionais".

ITEM 32: Discussão, em 1º turno, 3º dia, do **Projeto de Lei nº 1.650, de 1996**, de autoria do Deputado Marcos Arruda, que "Autoriza o Governo do Distrito Federal a implementar campanha publicitária em outros Estados da Federação visando incentivar o turismo na nossa Capital".

ITEM 33: Discussão, em 1º turno, 3º dia, do **Projeto de Lei nº 1.700, de 1996**, de autoria da Deputada Maninha, que "Autoriza o Poder Executivo a transformar em centro de saúde o posto de saúde localizado no Recanto das Emas".

ITEM 34: Discussão, em 1º turno, 3º dia, do **Projeto de Lei nº 1.702, de 1996**, de autoria do Deputado Luiz Estevão, que "Institui o Programa de Atendimento Domiciliar de livros aos deficientes físicos e dá outras providências".

ITEM 35: Discussão, em 1º turno, 3º dia, do **Projeto de Lei nº 1.728, de 1996**, de autoria dos Deputados Marcos Arruda e Benício Tavares, que "Define a disposição das placas identificadoras das vagas para deficientes físicos nos estacionamentos públicos e privados e dá outras providências".

ITEM 36: Discussão, em 1º turno, 3º dia, do **Projeto de Lei nº 1.809, de 1996**, de autoria do Deputado Manoelzinho, que "Dispõe sobre a obrigatoriedade dos *shopping centers*, centros comerciais e estabelecimentos de diversões públicas instalarem, em suas dependências, sanitários públicos para deficientes físicos e mentais com acompanhantes e dá outras providências".

ITEM 37: Discussão, em 1º turno, 3º dia, do **Projeto de Lei nº 1.853, de 1996**, de autoria da Deputada Maninha, que "Dispõe sobre a criação das Bienais Regional e Nacional de Arte de Brasília".

ITEM 38: Discussão, em 1º turno, 3º dia, do **Projeto de Lei nº 1.916, de 1996**, de autoria do Deputado Renato Rainha, que "Dispõe sobre a publicação de mensagens periódicas de esclarecimentos sobre a forma de prevenção de doenças e do uso indevido de drogas, controle de endemias e epidemias".

ITEM 39: Discussão, em 1º turno, 3º dia, do **Projeto de Lei nº 2.030, de 1996**, de autoria do Deputado Wasny de Roure, que "Dispõe sobre a utilização de veículos particulares nos exames destinados à expedição da Carteira Nacional de Habilitação (CNH) no Distrito Federal".

ITEM 40: Discussão, em 1º turno, 3º dia, do **Projeto de Lei nº 2.067, de 1996**, de autoria do Deputado Odilon Aires, que "Dispõe sobre a localização da caixa padrão de medição do



DIÁRIO DA CÂMARA LEGISLATIVA

Órgão Oficial do Poder Legislativo do Distrito Federal

Coordenadoria de Editoração e Produção Gráfica da Vice-Presidência

Coordenador

Randal Martins Junqueira

Editora Executiva

Nelci Maria Stein

Reg. Prof. 147/02/62-MTb-DF

Diário da Câmara Legislativa do Distrito Federal

Redação: 348.8412 - 348.8963

SAIN - Parque Rural 70086-900 - Brasília-DF

consumo de energia elétrica em residências no Distrito Federal e dá outras providências".

Obs.: Em tramitação conjunta com o Projeto de Lei nº 2.068, de 1996, de autoria do Deputado Odilon Aires, que "Dispõe sobre a localização da caixa padrão de medição do consumo de água em residências no Distrito Federal e dá outras providências".

ITEM 41: Discussão, em 1º turno, 3º dia, do Projeto de Lei nº 2.078, de 1996, de autoria do Deputado Luiz Estevão, que "Dispõe sobre normas de segurança no trânsito".

ITEM 42: Discussão, em 1º turno, 3º dia, do Projeto de Lei nº 2.103, de 1996, de autoria do Deputado Luiz Estevão e outros, que "Destina área para a implantação da Escolinha de Trânsito e dá outras providências".

ITEM 43: Discussão, em 1º turno, 3º dia, do Projeto de Lei nº 2.104, de 1996, de autoria do Deputado Luiz Estevão e outros, que "Obriga a inclusão de noções de direito penal nos cursos do Departamento de Trânsito do Distrito Federal (DETRAN/DF)".

ITEM 44: Discussão, em 1º turno, 3º dia, do Projeto de Lei nº 2.117, de 1996, de autoria do Deputado Daniel Marques, que "Dispõe sobre a obrigatoriedade de fixação de placas indicativas de hospitais e delegacias policiais nas regiões administrativas do Distrito Federal".

ITEM 45: Discussão, em 1º turno, 3º dia, do Projeto de Lei nº 2.165, de 1996, de autoria do Deputado Marcos Arruda, que "Cria a Carteira de Identificação Escolar no âmbito das escolas públicas do Distrito Federal e dá outras providências".

ITEM 46: Discussão, em 1º turno, 3º dia, do Projeto de Lei nº 2.178, de 1996, de autoria do Deputado Renato Rainha, que "Dispõe sobre a proibição da venda ou exposição pública de escrito, desenho, pintura, estampa, adesivo, flâmula, folhinha, cartaz, faixa ou qualquer outro objeto que contenha formato, palavra ou frase representativa ou alusiva de substância entorpecente ou que determine dependência física ou psíquica".

ITEM 47: Discussão, em 1º turno, 3º dia, do Projeto de Lei nº 2.373, de 1996, de autoria do Deputado Xavier, que "Dispõe sobre a instituição de Reservas Particulares de Relevante Interesse Ecológico e Cultural, por destinação do proprietário, no Distrito Federal".

ITEM 48: Discussão, em 1º turno, 3º dia, do Projeto de Lei nº 2.728, de 1997, de autoria do Deputado José Edmar, que "Faculta a utilização de vidros tipo *blindex* para proteção de sacadas, varandas e terraços em prédios residenciais ou de uso misto do Distrito Federal".

ITEM 49: Discussão, em 1º turno, 3º dia, do Projeto de Lei nº 2.750, de 1997, de autoria do Deputado Xavier, que "Dispõe sobre o reconhecimento e a funcionalidade do braille no Distrito Federal e dá outras providências".

ITEM 50: Discussão, em 1º turno, 3º dia, do Projeto de Lei nº 2.798, de 1997, de autoria do Deputado Antônio José - CAFU, que "Institui o Disque-Vigilância de Alimentos e dá outras providências".

ITEM 51: Discussão, em 1º turno, 3º dia, do Projeto de Lei nº 2.150, de 1996, de autoria do Deputado César Lacerda, que "Altera os incisos I a IV, do art. 1º, da Lei 908, de 6 de setembro de 1995, que 'Altera o gabarito das edificações nas áreas que especifica, na cidade do Gama, e dá outras providências'".

ITEM 52: Discussão, em 1º turno, 1º dia, do Projeto de Lei nº 573, de 1995, de autoria do Deputado Cláudio Monteiro, que "Dispõe sobre a obrigatoriedade de os veículos pertencentes às empresas locadoras serem licenciados no Distrito Federal".

ITEM 53: Discussão, em 1º turno, 1º dia, do Projeto de Lei nº 693, de 1995, de autoria do Deputado Manoelzinho, que "Dispõe sobre a denominação da avenida de acesso ao núcleo residencial denominado DVO, localizado no Gama - RA II".

ITEM 54: Discussão, em 1º turno, 1º dia, do Projeto de Lei nº 1.510, de 1996, de autoria da Deputada Maninha, que "Cria o Programa de Capacitação para Policiais Cíveis e Militares que leva em conta a especificidade da violência contra a mulher".

ITEM 55: Discussão, em 1º turno, 1º dia, do Projeto de Lei nº 1.592, de 1996, de autoria do Deputado Luiz Estevão, que "Dispõe sobre a permissão de construção de habitações em regime de condomínio no Setor de Mansões do Lago Norte - RA XVIII".

ITEM 56: Discussão, em 1º turno, 1º dia, do Projeto de Lei nº 1.896, de 1996, de autoria do Deputado Filipeilli, que "Dispõe sobre a transformação do Posto de Saúde da Vila Planalto em Centro de Saúde".

ITEM 57: Discussão, em 1º turno, 1º dia, do Projeto de Lei nº 1.739, de 1996, de autoria do Deputado Marcos Arruda, que "Dispõe sobre o plantio de palmeiras às margens do Lago Paranoá e dá outras providências".

ITEM 58: Discussão, em 1º turno, 1º dia, do Projeto de Lei nº 1.743, de 1996, de autoria do Deputado Daniel Marques, que "Dispõe sobre a criação do Parque Ecológico dos Pequizeiros em Planaltina - RA VI e dá outras providências".

ITEM 59: Discussão, em 1º turno, 1º dia, do Projeto de Lei nº 1.794, de 1996, de autoria do Deputado Xavier, que "Desmembra área na AR 11 - Conjunto 3 - Área Especial 1 da Região Administrativa de Sobradinho".

ITEM 60: Discussão, em 1º turno, 1º dia, do Projeto de Lei nº 1.824, de 1996, de autoria do Deputado Luiz Estevão, que "Dispõe sobre a utilização do lote 'B' da QI 1 (atual QI 5) do Setor de Habitações Individuais Sul (SHIS) - RA XVI".

ITEM 61: Discussão, em 1º turno, 1º dia, do Projeto de Lei nº 1.947, de 1996, de autoria do Deputado César Lacerda, que "Reserva área para a construção da Estação Rodoviária na cidade do Recanto das Emas e dá outras providências".

ITEM 62: Discussão, em 1º turno, 1º dia, do Projeto de Lei nº 1.957, de 1996, de autoria do Deputado Marcos Arruda, que "Autoriza o Governo do Distrito Federal a instituir, no âmbito das administrações regionais, o curso 'Qualidade de Vida' destinado aos aposentados e aqueles prestes a aposentar, e dá outras providências".

ITEM 63: Discussão, em 1º turno, 1º dia, do Projeto de Lei nº 2.058, de 1996, de autoria do Deputado Peniel Pacheco, que "Determina condutas a serem obedecidas pelas agências bancárias e laboratórios de análises clínicas localizados no âmbito do Distrito Federal e dá outras providências".

ITEM 64: Discussão, em 1º turno, 1º dia, do Projeto de Lei nº 2.065, de 1996, de autoria do Deputado Edimar Pireneus, que "Dispõe sobre a obrigatoriedade da fiscalização sanitária e análise

laboratorial da água engarrafada e comercializada para consumo da população no âmbito do Distrito Federal"

ITEM 65: Discussão, em 1º turno, 1º dia, do **Projeto de Lei nº 2.083, de 1996**, de autoria do Deputado Benício Tavares, que "Determina ao DETRAN/DF que forneça os documentos DUT e IPVA aos usuários no ato da solicitação".

ITEM 66: Discussão, em 1º turno, 1º dia, do **Projeto de Lei nº 2.140, de 1996**, de autoria do Deputado Odilon Aires, que "Institui o Programa de Formação Profissional para os Trabalhadores Domésticos no Distrito Federal e dá outras providências".

ITEM 67: Discussão, em 1º turno, 1º dia, do **Projeto de Lei nº 2.176, de 1996**, de autoria do Deputado Renato Rainha, que "Dispõe sobre a proibição de exposição à venda ou ao público, de escrito, desenho, pintura, estampa, filmes, fotografias ou objetos obscenos ou pornográficos".

ITEM 68: Discussão, em 1º turno, 1º dia, do **Projeto de Lei nº 2.232, de 1996**, de autoria da Deputada Lucia Carvalho, que "Institui o prêmio 'Minha Escola um Cartão Postal' para as escolas da Rede Pública de Ensino do Distrito Federal".

ITEM 69: Discussão, em 1º turno, 1º dia, do **Projeto de Lei nº 2.624, de 1997**, de autoria do Deputado Wasny de Roure, que "Cria o Programa de Prevenção e Controle do Câncer de Pele no Distrito Federal e dá outras providências".

ITEM 70: Discussão, em 1º turno, 1º dia, do **Projeto de Decreto Legislativo nº 281, de 1997**, de autoria do Deputado Jorge Cauhy, que "Concede o título de Cidadão Honorário de Brasília ao Sr. César Barney Caldas".

DISCUTIDOS.

(2º) Discussão e votação, em bloco, dos seguintes itens:

ITEM 2: Discussão, em 2º turno, 2º dia, e votação do **Projeto de Lei nº 1.294, de 1996**, de autoria do Deputado Xavier, que "Autoriza o Governo do Distrito Federal a construir centros de saúde na Região Administrativa de São Sebastião".

ITEM 3: Discussão, em 2º turno, 2º dia, e votação do **Projeto de Lei nº 1.472, de 1996**, de autoria do Deputado Renato Rainha, que "Institui a Semana de Prevenção aos Acidentes de Trabalho no calendário comemorativo do Distrito Federal".

ITEM 4: Discussão, em 2º turno, 2º dia, e votação do **Projeto de Lei nº 1.593, de 1996**, de autoria do Deputado Marcos Arruda, que "Cria espaço para recreação infantil no vão dos pilotis dos blocos residenciais em todas as regiões administrativas do Distrito Federal e dá outras providências".

ITEM 5: Discussão, em 2º turno, 2º dia, e votação do **Projeto de Lei nº 1.653, de 1996**, de autoria do Deputado Wasny de Roure, que "Dispõe sobre o Programa de Capacitação de Mão-de-Obra do Trabalhador Rural Sem Terra (PROCAP) e dá outras providências".

ITEM 6: Discussão, em 2º turno, 2º dia, e votação do **Projeto de Lei nº 1.784, de 1996**, de autoria dos Deputados Marcos Arruda e João de Deus, que "Dispõe sobre a obrigatoriedade do uso de coletes salva-vidas pelos usuários, embarcados, do Lago Paranoá, e dá outras providências".

ITEM 7: Discussão, em 2º turno, 2º dia, e votação do **Projeto de Lei nº 2.118, de 1996**, de autoria da bancada do PMDB, que "Dispõe sobre a alteração de sistema viário, garantindo nível de segurança compatível com a via DF 003, para modificação do acesso à cidade de Santa Maria - RA XIII e dá outras providências".

ITEM 8: Discussão, em 2º turno, 2º dia, e votação do **Projeto de Lei nº 2.235, de 1996**, de autoria dos Deputados Filippelli e Benício Tavares, que "Institui a obrigatoriedade da admissão de idosos e deficientes pela porta da frente nos veículos componentes do Sistema de Transporte Público Coletivo do Distrito Federal (STPC/DF) e dá outras providências".

ITEM 9: Discussão, em 2º turno, 2º dia, e votação do **Projeto de Lei nº 2.787, de 1997**, de autoria do Deputado Luiz Estevão, que "Torna obrigatória a colocação de placa indicativa de trânsito no local que especifica".

ITEM 10: Discussão, em 2º turno, 2º dia, e votação do **Projeto de Lei nº 2.789, de 1997**, de autoria do Deputado Luiz Estevão, que "Estabelece o programa de incentivo ao esporte para crianças carentes".

ITEM 11: Discussão, em 2º turno, 2º dia, e votação do **Projeto de Lei nº 2.911, de 1996**, de autoria do Deputado Marco Lima, que "Institui o Dia do Radiocidadão no Distrito Federal".

ITEM 12: Discussão, em 2º turno, 2º dia, e votação do **Projeto de Lei nº 3.041, de 1997**, de autoria da Deputada Lucia Carvalho, que "Dispõe sobre a obrigatoriedade de apresentação da certidão de registro civil do nascimento para liberação de recém-nascido dos estabelecimentos de saúde onde houver ocorrido o parto e dá outras providências".

NÃO HOUVE QUORUM PARA DELIBERAÇÃO.

3 - PEQUENO EXPEDIENTE

3.1 - COMUNICADOS DE LÍDERES

DEPUTADO GERALDO MAGELA, em nome da bancada do PT.

- Manifesta preocupação com a greve dos professores e dos policiais-civis em Brasília.

- Declara que o não cumprimento das reivindicações dos grevistas deve-se à inconstância no repasse de verbas por parte do Governo Federal.

- Apela à Presidente da Casa que lidere um movimento, com os demais parlamentares da CLDF, no intuito de pressionar o Governo Federal para que a liberação de verbas ocorra nas datas anteriormente fixadas.

DEPUTADO PENIEL PACHECO, em nome da bancada do PSDB.

- Lembra que o GDF possui outros recursos para o pagamento de seus funcionários além da verba federal e que o repasse para saúde, educação e segurança tem atrasado em virtude de remanejamentos técnicos do Governo Federal.

- Pede o reconhecimento do Deputado Geraldo Magela quanto ao trabalho do Governo Federal no repasse de verbas pois estas muito auxiliaram o GDF no desenvolvimento do seu programa de Governo.

3.2 - COMUNICADOS DE PARLAMENTARES

DEPUTADO DANIEL MARQUES (PMDB)

- Manifesta seu constrangimento quanto à falta de sensibilidade do Governo do Distrito Federal em relação à greve dos professores, que já dura quase dois meses.

- Cita a matéria do *Correio Braziliense* "Vitória dos professores na Justiça contra o GDF", em que o Governo do Distrito Federal nega-se a cumprir decisão judicial.

- Denuncia o fato de os candidatos à inscrição de um lote no assentamento Buritis II, em Planaltina, estarem receosos de perder o referido lote em detrimento de outros pretendentes não cadastrados anteriormente.

DEPUTADO MARCO LIMA (PSDB)

- Protesta contra as críticas feitas pelo Administrador Regional de Sobradinho, professor Lisboa, ao trabalho deste parlamentar e afirma que a assessoria jurídica de seu gabinete está movendo uma ação contra o referido administrador.

DEPUTADO JOÃO DE DEUS (PDT)

- Solidariza-se com o Deputado Marco Lima e sugere que seja feito um requerimento convocando o Administrador de Sobradinho para prestar esclarecimento.

DEPUTADO MANOELZINHO (PMDB)

- Relata fatos ocorridos, entre eles a morte de um policial civil, para destacar o que considera ineficiência do GDF no combate à violência.

- Protesta contra os gastos do Governador em propaganda enganosa ao invés de essa verba ser utilizada para solucionar a greve dos professores.

DEPUTADO ANTÔNIO JOSÉ - CAFU (PT)

- Cita matéria publicada no nº 2 da revista *Época*, "Terras de muitos senhores", em que se afirma que o Grupo OK fica com lotes arrendados a juizes.

- Pede que a matéria seja arquivada nos Anais da Casa e declara que os juizes deveriam prestar esclarecimentos sobre o assunto.

DEPUTADO FILIPPELLI (PMDB)

- Rebate as críticas do Deputado Antônio José - CAFU, afirmando que este parlamentar tem o seu nome registrado em uma comissão do PT como intermediário na venda de terrenos para a articulação de candidatura.

DEPUTADO XAVIER (PPB)

- Comunica que a Igreja Assembléia de Deus da comunidade do Riacho Fundo poderá perder seu patrimônio, caso a TERRACAP não volte atrás na decisão de realizar a licitação pública do local onde a igreja está edificada.

4 - COMUNICADO DA PRESIDÊNCIA

- Informa que foi procurada pela Associação Comercial do DF a fim de elaborar uma ação para impedir a ida da Agência Nacional de Petróleo para o Rio de Janeiro.

5 - ENCERRAMENTO

Presidente (Deputada Lucia Carvalho):

- Declara encerrada a presente sessão.

II - DETALHAMENTO

PRESIDENTE (DEPUTADA LUCIA CARVALHO) - Declaro aberta a presente sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Convido o Deputado César Lacerda a secretariar os trabalhos da Mesa.

Solicito ao Sr. Secretário que proceda à chamada nominal dos Deputados para verificação de *quorum*.

Lembro aos Srs. Deputados que é necessária a presença de seis Parlamentares para darmos início à sessão e de treze para votarmos a Ordem do Dia. Como ontem não houve sessão devido ao jogo da seleção brasileira, gostaríamos de contar com a presença maciça dos Deputados para a atualização da Ordem do Dia.

(Procede-se à verificação de *quorum*.)



VERIFICAÇÃO DE QUORUM

NOME DO PARLAMENTAR	PRESENTE	AUSENTE	OBSERVAÇÃO
BENÍCIO TAVARES-PTB			LICENCIADO
CAFU - PT			
CÉSAR LACERDA - PTB	X		
CLÁUDIO MONTEIRO-PDT			
DANIEL MARQUES - PMDB	X		
EDIMAR PIRENEUS - PMDB			
FILIPPELLI - PMDB	X		
GERALDO MAGELA - PT	X		
JOÃO DE DEUS - PDT			
JORGE CAUHY - PMDB	X		
JOSÉ EDMAR - PMDB			
LUIZ ESTEVÃO - PMDB			LICENCIADO
MANINHA - PT			
MANOELZINHO - PMDB	X		
MARCO LIMA - PSDB			
MARCOS ARRUDA - PMDB	X		
ODILON AIRES - PMDB	X		
PEDRO CELSO - PT	X		
PENIEL FACHINHO - PMDB			
RENATO RAINHA - FL	X		
WASNY DE ROURE - PT			
XAVIER - PPB	X		
ZÉ RAMALHO - PDT			
LUCIA CARVALHO - PT	X		
TOTAL	12	10	02 LI

PRESIDENTE (DEPUTADA LUCIA CARVALHO) - Estão presentes 12 Deputados, havendo, portanto, *quorum* regimental.

Dá-se início à

ORDEM DO DIA.

ITEM Nº 22

"Discussão, em 1º turno, 1º dia, do Projeto de Lei Complementar nº 60, de 1996, que 'dispõe sobre a desafetação da área pública que especifica e dá outras providências'.

Autor: Deputado Geraldo Magela
 Relatores: Deputado Cláudio Monteiro - CCJ
 Deputado Jorge Cauhy - CEOF

ITEM Nº 23

"Discussão, em 1º turno, 1º dia, do Projeto de Lei Complementar nº 130, de 1997, que 'amplia lote na Área Especial nº 9, do Setor QNJ de Taguatinga, Região Administrativa III e dá outras providências'.

Autor: Deputado José Edmar
 Relatores: Deputado Filippelli - CCJ
 Deputado Xavier - CAS"

ITEM Nº 24

"Discussão, em 1º turno, 3º dia, do Projeto de Lei nº 1.219, de 1993, que 'regulamenta o art. 298 da Lei Orgânica do Distrito Federal'.

Autor: Deputado Wasny de Roure
 Relatores: Deputado Marco Lima - CCJ
 Deputado Miquéias Paz - CEOF
 Deputado Eurípedes Camargo - CAS"

ITEM Nº 25

"Discussão, em 1º turno, 3º dia, do Projeto de Lei nº 687, de 1995, que 'institui o Sistema Integrado de Ensino, Educação e Extensão Rural e dá outras providências'.

Autor: Deputado Edimar Pireneus
 Relatores: Deputado Cláudio Monteiro - CCJ
 Deputado Odilon Aires - CEOF
 Deputado Manoelzinho - CAS"

ITEM Nº 26

"Discussão, em 1º turno, 3º dia, do Projeto de Lei nº 751, de 1995, que 'dispõe sobre a utilização das unidades desportivas das Divisões Regionais de Desporto, Lazer e Turismo-DRDLTs das Administrações Regionais e dá outras providências'.

Autor: Deputado Marco Lima
 Relatores: Deputado Cláudio Monteiro - CCJ
 Deputada Lucia Carvalho - CEOF
 Deputado José Edmar - CAS"

ITEM Nº 27

"Discussão, em 1º turno, 3º dia, do Projeto de Lei nº 1.092, de 1996, que 'dispõe sobre a obrigatoriedade de constar, nas placas inaugurais das obras públicas do Distrito Federal, o nome de um operário da obra'.

Autor: Deputado Peniel Pacheco
 Relatores: Deputado João de Deus - CCJ
 Deputado Marco Lima - CEOF
 Deputado Antônio José - Cafu - CAS"

ITEM Nº 28

"Discussão, em 1º turno, 3º dia, do Projeto de Lei nº 1.258, de 1996, que 'dispõe sobre o acompanhamento médico, odontológico e psicológico às crianças e adolescentes matriculados na rede de ensino público do Distrito Federal', em tramitação conjunta com o Projeto de Lei nº 2.628, de 1997, que 'estabelece a obrigatoriedade da realização de exame odontológico gratuito em alunos da pré-escola e do 1º grau da rede pública de ensino e dá outras providências', de autoria do Deputado Xavier.

Autor: Deputado Renato Rainha
 Relatores: Deputada Maninha - CCJ

Deputado Zé Ramalho - CEOF
 Deputado Zé Ramalho - CAS"

ITEM Nº 29

"Discussão, em 1º turno, 3º dia, do Projeto de Lei nº 1.523, de 1996, que 'dispõe sobre infração ao Regulamento do Serviço de Transporte Público Alternativo do Distrito Federal - STPA/DF'.

Autor: Deputado Filippelli
 Relatores: Deputado Benício Tavares - CCJ
 Deputado Daniel Marques - CEOF"

ITEM Nº 30

"Discussão, em 1º turno, 3º dia, do Projeto de Lei nº 1.581, de 1996, que 'altera o inciso II do Artigo 2º da Lei nº 964/95, que 'autoriza a instalação de atividades de prestação de serviços de promoção e realização de eventos de natureza social ou cultural em edificações de uso residencial do Setor de Mansões Park Way SMPW e dá outras providências'.

Autor: Deputado Benício Tavares
 Relatores: Deputado Luiz Estevão - CCJ
 Deputado Odilon Aires - CEOF
 Deputado Jorge Cauhy - CAS"

ITEM Nº 31

"Discussão, em 1º turno, 3º dia, do Projeto de Lei nº 1.597, de 1996, que 'autoriza o Governo do Distrito Federal a firmar Termo de Permissão de Uso dos estádios de futebol com clubes de futebol profissional'.

Autor: Deputado Cláudio Monteiro
 Relatores: Deputado Marco Lima - CCJ
 Deputado Wasny de Roure - CEOF
 Deputado Zé Ramalho - CAS"

ITEM Nº 32

"Discussão, em 1º turno, 3º dia, do Projeto de Lei nº 1.650, de 1996, que 'autoriza o Governo do Distrito Federal a implementar campanha publicitária em outros estados da Federação visando incentivar o turismo na nossa Capital'.

Autor: Deputado Marcos Amuda
 Relatores: Deputado Renato Rainha - CCJ
 Deputado Odilon Aires - CEOF
 Deputado Zé Ramalho - CAS"

ITEM Nº 33

"Discussão, em 1º turno, 3º dia, do Projeto de Lei nº 1.700, de 1996, que 'autoriza o Poder Executivo a transformar em centro de saúde o posto de saúde localizado no Recanto das Emas'.

Autor: Deputada Maninha
 Relatores: Deputado Renato Rainha - CCJ
 Deputado Wasny de Roure - CEOF
 Deputado Antônio José - Cafu - CAS"

ITEM Nº 34

"Discussão, em 1º turno, 3º dia, do Projeto de Lei nº 1.702, de 1996, que 'institui o Programa de Atendimento Domiciliar de livros aos deficientes físicos e dá outras providências'.

Autor: Deputado Luiz Estevão
 Relatores: Deputado Benício Tavares - CCJ
 Deputado Filippelli - CEOF
 Deputado Xavier - CAS"

ITEM Nº 35

"Discussão, em 1º turno, 3º dia, do Projeto de Lei nº 1.728, de 1996, que 'define a disposição das placas identificadoras das vagas para deficientes físicos nos estacionamentos públicos e privados e dá outras providências'.

Autores: Deputado Marcos Arruda e
Deputado Benício Tavares

Relatores: Deputado Peniel Pacheco - CCJ
Deputado Odilon Aires - CEOF
Deputado Xavier - CAS"

ITEM Nº 36

"Discussão, em 1º turno, 3º dia, do Projeto de Lei nº 1.809, de 1996, que 'dispõe sobre a obrigatoriedade de os shopping centers, centros comerciais e estabelecimentos de diversões públicas instalarem em suas dependências sanitários públicos para deficientes físicos e mentais com acompanhantes e dá outras providências'.

Autor: Deputado Manoelzinho

Relatores: Deputado Benício Tavares - CCJ
Deputado Odilon Aires - CEOF
Deputado Benício Tavares - CAS"

ITEM Nº 37

"Discussão, em 1º turno, 3º dia, do Projeto de Lei nº 1.853, de 1996, que 'dispõe sobre a criação das Bienais Regional e Nacional de Arte de Brasília'.

Autora: Deputada Maninha

Relatores: Deputado Benício Tavares - CCJ
Deputado Miquéias Paz - CEOF
Deputado Antônio José - Cafu - CAS"

ITEM Nº 38

"Discussão, em 1º turno, 3º dia, do Projeto de Lei nº 1.916, de 1996, que 'dispõe sobre a publicação de mensagens periódicas de esclarecimentos sobre a forma de prevenção de doenças e do uso indevido de drogas, controle de endemias e epidemias'.

Autor: Deputado Renato Rainha

Relatores: Deputado Luiz Estevão - CCJ
Deputado Marco Lima - CEOF
Deputado Eurípedes Camargo - CAS"

ITEM Nº 39

"Discussão, em 1º turno, 3º dia, do Projeto de Lei nº 2.030, de 1996, que 'dispõe sobre a utilização de veículos particulares nos exames destinados à expedição da Carteira Nacional de Habilitação (CNH), no Distrito Federal'.

Autor: Deputado Wasny de Roure

Relatores: Deputado Cláudio Monteiro - CCJ
Deputado Miquéias Paz - CEOF
Deputado Antônio José - Cafu - CAS"

ITEM Nº 40

"Discussão, em 1º turno, 3º dia, do Projeto de Lei nº 2.067, de 1996, que 'dispõe sobre a localização da caixa padrão de medição do consumo de energia elétrica em residências no Distrito Federal, e dá outras providências', em tramitação conjunta com o Projeto de Lei nº 2.068, de 1996, que 'dispõe sobre a localização da caixa padrão de medição do consumo de água em residências no Distrito Federal e dá outras providências', de autoria do Deputado Odilon Aires.

Autor: Deputado Odilon Aires

Relatores: Deputado Luiz Estevão - CCJ
Deputado Daniel Marques - CEOF
Deputado Benício Tavares - CAS"

ITEM Nº 41

"Discussão, em 1º turno, 3º dia, do Projeto de Lei nº 2.078, de 1996, que 'dispõe sobre normas de segurança no trânsito'.

Autor: Deputado Luiz Estevão

Relatores: Deputado Cláudio Monteiro - CCJ
Deputado Odilon Aires - CEOF
Deputado Zé Ramalho - CAS"

ITEM Nº 42

"Discussão, em 1º turno, 3º dia, do Projeto de Lei nº 2.103, de 1996, que 'destina área para implantação da Escolinha de Trânsito e dá outras providências'.

Autor: Deputado Luiz Estevão e outros

Relatores: Deputado Cláudio Monteiro - CCJ
Deputado Benício Tavares - CAS"

ITEM Nº 43

"Discussão, em 1º turno, 3º dia, do Projeto de Lei nº 2.104, de 1996, que 'obriga a inclusão de noções de direito penal nos cursos do Departamento de Trânsito do Distrito Federal - DETRAN/DF'.

Autores: Deputado Luiz Estevão e outros

Relatores: Deputado Cláudio Monteiro - CCJ
Deputado Benício Tavares - CAS"

ITEM Nº 44

"Discussão, em 1º turno, 3º dia, do Projeto de Lei nº 2.117, de 1996, que 'dispõe sobre obrigatoriedade de fixação de placas indicativas de hospitais e delegacias policiais nas Regiões Administrativas do Distrito Federal'.

Autor: Deputado Daniel Marques

Relatores: Deputado Renato Rainha - CCJ
Deputado Antônio José - Cafu - CAS"

ITEM Nº 45

"Discussão, em 1º turno, 3º dia, do Projeto de Lei nº 2.165, de 1996, que 'cria a Carteira de Identificação Escolar no âmbito das Escolas Públicas do Distrito Federal e dá outras providências'.

Autor: Deputado Marcos Arruda

Relatores: Deputado Filippelli - CCJ
Deputado Benício Tavares - CAS"

ITEM Nº 46

"Discussão, em 1º turno, 3º dia, do Projeto de Lei nº 2.178, de 1996, que 'dispõe sobre a proibição da venda ou exposição pública de escrito, desenho, pintura, estampa, adesivo, flâmula, folhinha, cartaz, faixa ou qualquer outro objeto que contenha formato, palavra ou frase representativa ou alusiva de substância entorpecente ou que determine dependência física ou psíquica'.

Autor: Deputado Renato Rainha

Relatores: Deputado Cláudio Monteiro - CCJ
Deputado Daniel Marques - CEOF"

ITEM Nº 47

"Discussão, em 1º turno, 3º dia, do Projeto de Lei nº 2.373, de 1996, que 'dispõe sobre a instituição de Reservas Particulares de

Relevante Interesse Ecológico e Cultural, por destinação do proprietário, no Distrito Federal'.

Autor: Deputado Xavier
Relatores: Deputado Filippelli - CCJ
Deputado Antônio José - Cafu - CAS"

ITEM Nº 48

"Discussão, em 1º turno, 3º dia, do Projeto de Lei nº 2.728, de 1997, que 'faculta a utilização de vidros tipo blindex para proteção de sacadas, varandas e terraços em prédios residenciais ou de uso misto do Distrito Federal'.

Autor: Deputado José Edmar
Relatores: Deputado Cláudio Monteiro - CCJ
Deputado Xavier - CAS"

ITEM Nº 49

"Discussão, em 1º turno, 3º dia, do Projeto de Lei nº 2.750, de 1997, que 'dispõe sobre o reconhecimento e a funcionalidade do braille no Distrito Federal e dá outras providências'.

Autor: Deputado Xavier
Relatores: Deputado Cláudio Monteiro - CCJ
Deputado Zé Ramalho - CAS"

ITEM Nº 50

"Discussão, em 1º turno, 3º dia, do Projeto de Lei nº 2.798, de 1997, que 'institui o Disque-Vigilância de Alimentos e dá outras providências'.

Autor: Deputado Antônio José - Cafu
Relatores: Deputado Cláudio Monteiro - CCJ
Deputado Eurípedes Camargo - CAS"

ITEM Nº 51

"Discussão, em 1º turno, 3º dia, do Projeto de Lei nº 2.150, de 1996, que 'altera os incisos I a IV, do art. 1º, da Lei nº 908, de 6 de setembro de 1995, que altera o gabarito das edificações nas áreas que especifica, na cidade-satélite do Gama e dá outras providências'.

Autor: Deputado César Lacerda
Relatores: Deputado Filippelli - CCJ
Deputado Zé Ramalho - CAS"

ITEM Nº 52

"Discussão, em 1º turno, 1º dia, do Projeto de Lei nº 573, de 1995, que 'dispõe sobre a obrigatoriedade de os veículos pertencentes às empresas locadoras serem licenciadas no Distrito Federal'.

Autor: Deputado Cláudio Monteiro
Relatores: Deputado Marco Lima - CCJ
Deputado Marcos Arruda - CEOF
Deputado José Edmar - CAS"

ITEM Nº 53

"Discussão, em 1º turno, 1º dia, do Projeto de Lei nº 693, de 1995, que 'dispõe sobre a denominação da Avenida de acesso ao núcleo residencial denominado DVO, localizado na Região Administrativa do Gama, RA II'.

Autor: Deputado Manoelzinho
Relatores: Deputado Benício Tavares - CCJ
Deputado Filippelli - CEOF
Deputado Edimar Pireneus - CAS"

ITEM Nº 54

"Discussão, em 1º turno, 1º dia, do Projeto de Lei nº 1.510, de

1996, que 'cria o Programa de Capacitação para Policiais Civis e Militares que leve em conta a especificidade da Violência contra a Mulher'.

Autora: Deputada Maninha
Relatores: Deputado Marco Lima - CCJ
Deputado Odilon Aires - CEOF
Deputado Antônio José - Cafu - CAS"

ITEM Nº 55

"Discussão, em 1º turno, 1º dia, do Projeto de Lei nº 1.592, de 1996, que 'dispõe sobre a permissão de construção de habitações em regime de condomínio no Setor de Mansões do Lago Norte - RA XVIII'.

Autor: Deputado Luiz Estevão
Relatores: Deputado Renato Rainha - CCJ
Deputado Odilon Aires - CEOF
Deputado Zé Ramalho - CAS"

ITEM Nº 56

"Discussão, em 1º turno, 1º dia, do Projeto de Lei nº 1.696, de 1996, que 'dispõe sobre a transformação do Posto de Saúde da Vila Planalto em Centro de Saúde'.

Autor: Deputado Filippelli
Relatores: Deputado Renato Rainha - CCJ
Deputado Daniel Marques - CEOF
Deputado César Lacerda - CAS"

ITEM Nº 57

"Discussão, em 1º turno, 1º dia, do Projeto de Lei nº 1.739, de 1996, que 'dispõe sobre o plantio de palmeiras às margens do Lago Paranoá e dá outras providências'.

Autor: Deputado Marcos Arruda
Relatores: Deputado Marco Lima - CCJ
Deputado Odilon Aires - CEOF
Deputado Benício Tavares - CAS"

ITEM Nº 58

"Discussão, em 1º turno, 1º dia, do Projeto de Lei nº 1.743, de 1996, que 'dispõe sobre a criação do Parque Ecológico dos Pequizeiros, na Região Administrativa de Planaltina - RA VI, e dá outras providências'.

Autor: Deputado Daniel Marques
Relatores: Deputado Marco Lima - CCJ
Deputado Odilon Aires - CEOF
Deputado Manoelzinho - CAS"

ITEM Nº 59

"Discussão, em 1º turno, 1º dia, do Projeto de Lei nº 1.794, de 1996, que 'desmembra área na AR 11 - Conjunto 3 - Área Especial 1 da Região Administrativa de Sobradinho'.

Autor: Deputado Xavier
Relatores: Deputado Renato Rainha - CCJ
Deputado Marcos Arruda - CEOF
Deputado José Edmar - CAS"

ITEM Nº 60

"Discussão, em 1º turno, 1º dia, do Projeto de Lei nº 1.824, de 1996, que 'dispõe sobre a utilização do lote b da QI 1 (atual QI 5) do Setor de Habitações Individuais Sul - SHIS, RA XVI'.

Autor: Deputado Luiz Estevão
Relatores: Deputado Renato Rainha - CCJ
Deputado Miquéias Paz - CEOF
Deputado Benício Tavares - CAS"

ITEM Nº 61

"Discussão, em 1º turno, 1º dia, do Projeto de Lei nº 1.947, de 1996, que 'reserva área para a construção da Estação Rodoviária da cidade-satélite de Recanto das Emas e dá outras providências'.

Autor: Deputado César Lacerda
Relatores: Deputado Marco Lima - CCJ
Deputado Marcos Arruda - CEOF
Deputado Manoelzinho - CAS"

ITEM Nº 62

"Discussão, em 1º turno, 1º dia, do Projeto de Lei nº 1.957, de 1996, que 'autoriza o Governo do Distrito Federal a instituir, no âmbito das Administrações Regionais, o curso *qualidade de Vida* destinado aos aposentados e àqueles prestes a aposentar e dá outras providências'.

Autor: Deputado Marcos Arruda
Relatores: Deputado Cláudio Monteiro - CCJ
Deputado Odilon Aires - CEOF
Deputado Xavier - CAS"

ITEM Nº 63

"Discussão, em 1º turno, 1º dia, do Projeto de Lei nº 2.058, de 1996, que 'determina condutas a serem obedecidas pelas agências bancárias e laboratórios de análises clínicas localizados no âmbito do Distrito Federal e dá outras providências'.

Autor: Deputado Peniel Pacheco
Relatores: Deputado João de Deus - CCJ
Deputado Marco Lima - CEOF
Deputado Benício Tavares - CAS"

ITEM Nº 64

"Discussão, em 1º turno, 1º dia, do Projeto de Lei nº 2.085, de 1996, que 'dispõe sobre a obrigatoriedade da fiscalização sanitária e análise laboratorial da água engarrafada e comercializada para consumo da população no âmbito do Distrito Federal'.

Autor: Deputado Edimar Pireneus
Relatores: Deputado Marco Lima - CCJ
Deputado Daniel Marques - CEOF
Deputado Manoelzinho - CAS"

ITEM Nº 65

"Discussão, em 1º turno, 1º dia, do Projeto de Lei nº 2.083, de 1996, que 'determina ao Detran/DF que forneça os documentos DUT e IPVA aos usuários no ato da solicitação'.

Autor: Deputado Benício Tavares
Relatores: Deputado Edimar Pireneus - CCJ
Deputado Odilon Aires - CEOF
Deputado Manoelzinho - CAS"

ITEM Nº 66

"Discussão, em 1º turno, 1º dia, do Projeto de Lei nº 2.140, de 1996, que 'institui o Programa de Formação Profissional para os Trabalhadores Domésticos no Distrito Federal e dá outras providências'.

Autor: Deputado Odilon Aires
Relatores: Deputado Renato Rainha - CCJ
Deputado Marcos Arruda - CEOF"

ITEM Nº 67

"Discussão, em 1º turno, 1º dia, do Projeto de Lei nº 2.176, de 1996, que 'dispõe sobre a proibição de exposição à venda, ou ao público,

de escrito, desenho, pintura, estampa, filmes, fotografias ou objetos obscenos ou pornográficos'.

Autor: Deputado Renato Rainha
Relatores: Deputado Cláudio Monteiro - CCJ
Deputado Daniel Marques - CEOF"

ITEM Nº 68

"Discussão, em 1º turno, 1º dia, do Projeto de Lei nº 2.232, de 1996, que 'institui o prêmio *Minha Escola, um Cartão Postal* para as escolas da rede pública de ensino do Distrito Federal'.

Autor: Deputada Lucia Carvalho
Relatores: Deputado Filippelli - CCJ
Deputado Benício Tavares - CAS"

ITEM Nº 69

"Discussão, em 1º turno, 1º dia, do Projeto de Lei nº 2.624, de 1997, que 'cria o Programa de Prevenção e Controle do Câncer de Pele no Distrito Federal e dá outras providências'.

Autor: Deputado Wasny de Roure
Relatores: Deputado Peniel Pacheco - CCJ
Deputado Antônio José - Cafu - CAS"

ITEM Nº 70

"Discussão, em 1º turno, 1º dia, do Projeto de Decreto Legislativo nº 281, de 1997, que 'concede o título de Cidadão Honorário de Brasília ao Sr. César Barney Caldas'.

Autor: Deputado Jorge Cauhy
Relator: Deputado Filippelli - CCJ"

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

As matérias seguem a tramitação regimental.

PRESIDENTE (DEPUTADA LUCIA CARVALHO) - Passaremos à leitura do item nº 1.

DEPUTADO FILIPPELLI - Sra. Presidente, peço a palavra pela ordem.

PRESIDENTE (DEPUTADA LUCIA CARVALHO) - Tem a palavra V.Exa.

DEPUTADO FILIPPELLI (PMDB. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sra. Presidente, solicito inversão na pauta, em virtude da ausência do autor, do item nº 1.

PRESIDENTE (DEPUTADA LUCIA CARVALHO) - Esta Presidência acata a solicitação de V.Exa.

Votação em bloco dos seguintes itens:

ITEM Nº 2

"Discussão, em 2º turno, 2º dia, e votação do Projeto de Lei nº 1.284, de 1996, que 'autoriza o Governo do Distrito Federal a construir Centros de Saúde na Região Administrativa de São Sebastião'.

Autor: Deputado Xavier
Relatores: Deputado Luiz Estevão - CCJ
Deputado Miquéias Paz - CEOF
Deputado Zé Ramalho - CAS"

ITEM Nº 3

"Discussão, em 2º turno, 2º dia, e votação do Projeto de Lei nº 1.472, de 1996, que 'institui a Semana de Prevenção aos Acidentes de Trabalho no calendário comemorativo do Distrito Federal'.

Autor: Deputado Renato Rainha
 Relatores: Deputada Maninha - CCJ
 Deputado Daniel Marques - CEOF
 Deputado Benício Tavares - CAS*

ITEM Nº 4

"Discussão, em 2º turno, 2º dia, e votação do Projeto de Lei nº 1.593, de 1996, que 'cria espaço para recreação infantil no vão dos pilotis dos blocos residenciais em todas as Regiões Administrativas do Distrito Federal e dá outras providências'.

Autor: Deputado Marcos Arruda
 Relatores: Deputado Cláudio Monteiro - CCJ
 Deputado Miquéias Paz - CEOF
 Deputado José Edmar - CAS*

ITEM Nº 5

"Discussão, em 2º turno, 2º dia, e votação do Projeto de Lei nº 1.653, de 1996, que 'dispõe sobre o Programa de Capacitação de Mão-de-Obra do Trabalhador Rural Sem Terra - PROCAP e dá outras providências'.

Autor: Deputado Wasny de Roure
 Relatores: Deputado Cláudio Monteiro - CCJ
 Deputado Daniel Marques - CEOF
 Deputado Eurípedes Camargo - CAS*

ITEM Nº 6

"Discussão, em 2º turno, 2º dia, e votação do Projeto de Lei nº 1.784, de 1996, que 'dispõe sobre a obrigatoriedade do uso de coletes salva-vidas pelos usuários, embarcados do Lago Paranoá e dá outras providências'.

Autores: Deputado Marcos Arruda e
 Deputado João de Deus
 Relatores: Deputado Filippelli - CCJ
 Deputado Miquéias Paz - CEOF
 Deputado José Edmar - CAS*

ITEM Nº 7

"Discussão, em 2º turno, 2º dia, e votação do Projeto de Lei nº 2.118, de 1996, que 'dispõe sobre alteração de sistema viário, garantindo nível de segurança compatível com a via DF 003, para modificação do acesso à cidade de Santa Maria, RA XIII, e dá outras providências'.

Autor: Bancada do PMDB
 Relatores: Deputado Marco Lima - CCJ
 Deputado Marcos Arruda - CEOF*

ITEM Nº 8

"Discussão, em 2º turno, 2º dia, e votação do Projeto de Lei nº 2.235, de 1996, que 'institui a obrigatoriedade da admissão de idosos e deficientes pela porta da frente nos veículos componentes do Sistema de Transporte Público Coletivo do Distrito Federal - STPC/DF e dá outras providências'.

Autores: Deputado Filippelli e Deputado Benício Tavares
 Relatores: Deputado Edimar Pireneus - CCJ
 Deputado Daniel Marques - CEOF*

ITEM Nº 9

"Discussão, em 2º turno, 2º dia, e votação do Projeto de Lei nº 2.787, de 1997, que 'torna obrigatória a colocação de placa indicativa de trânsito no local que especifica'.

Autor: Deputado Luiz Estevão
 Relatores: Deputado Edimar Pireneus - CCJ
 Deputado Manoelzinho - CAS*

ITEM Nº 10

"Discussão, em 2º turno, 2º dia, e votação do Projeto de Lei nº 2.789, de 1997, que 'estabelece programa de incentivo ao esporte para crianças carentes'.

Autor: Deputado Luiz Estevão
 Relatores: Deputado Peniel Pacheco - CCJ
 Deputado José Edmar - CAS*

ITEM Nº 11

"Discussão, em 2º turno, 2º dia, e votação do Projeto de Lei nº 2.911, de 1996, que 'institui o Dia do Radiocidadão no Distrito Federal'.

Autor: Deputado Marco Lima
 Relatores: Deputado Cláudio Monteiro - CCJ
 Deputado Antônio José - Cafu - CAS*

ITEM Nº 12

"Discussão, em 2º turno, 2º dia, e votação do Projeto de Lei nº 3.041, de 1997, que 'dispõe sobre a obrigatoriedade de apresentação da certidão de registro civil do nascimento para liberação de recém-nascido dos estabelecimentos de saúde onde houver ocorrido o parto e dá outras providências'.

Autora: Deputada Lucia Carvalho
 Relatores: Deputado Cláudio Monteiro - CCJ
 Deputado César Lacerda - CAS*

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que votarem "sim" estarão aprovando os projetos; os que votarem "não" estarão rejeitando-os.

Solicito ao Sr. Secretário que proceda à chamada nominal dos Deputados.

(Procede-se à votação nominal.)



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

☒ Ordinária
☐ Extraordinária

ASSESSORIA DE PLENÁRIO E DISTRIBUIÇÃO
 ACOMPANHAMENTO DE VOTAÇÃO

Data: 7/6/98

Votação, em 2º turno, dos Projetos de Lei nºs 1.294, 1.472, 1.593, 1.653, 1.784, 2.118, 2.235, de 1996, 2.787, 2.789, 2.911 e 3.041, de 1997.

Autor: Vários Deputados

NOME DO PARLAMENTAR	ACOMPANHAMENTO				DECLARAÇÃO DE VOTO
	SIM	NÃO	ABST	AUS.	
BENÍCIO TAVARES - PTB					LICENCIADO
CAFU - PT					
CÉSAR LACERDA - PTB	X				
CLÁUDIO MONTEIRO - PDT					
DANIEL MARQUES - PMDB	X				
EDIMAR PIRENEUS - PMDB	X				
FILIPPELLI - PMDB	X				
GERALDO MAGELA - PT	X				
JOÃO DE DEUS - PDT					
JORGE CAUHY - PMDB	X				
JOSÉ EDMAR - PMDB					
LUÍZ ESTEVÃO - PMDB					
MANINHA - PT					
MANOELZINHO - PMDB	X				
MARCO LIMA - PSDB					
MARCOS ARRUDA - PMDB	X				
ODILON AIRES - PMDB					
PEDRO CELSO - PT	X				

PENIEL PACHECO - PSDB					
RENATO RAINHA - PL					
WASNY DE ROURE - PT					
XAVIER - PPB	X				
ZÉ RAMALHO - PDT					
LUCIA CARVALHO - PT	X				
TOTAL	10			12	02 LICENCIADO

ORIGINAL
10 de Plenário

ASSESSORIA DE PLENÁRIO
Nº _____
Fls. nº _____


SECRETÁRIO

SAIN-Parque Rural - 70064-900 - Brasília - DF

PRESIDENTE (DEPUTADA LUCIA CARVALHO) - Não há quorum para deliberação. Em consequência, a apreciação dos itens da pauta em fase de votação fica adiada.

Dá-se início ao

PEQUENO EXPEDIENTE.

Passa-se aos

Comunicados de Líderes.

Concedo a palavra ao Deputado Filippelli. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Xavier. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Renato Rainha. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Marco Lima. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Geraldo Magela.

DEPUTADO GERALDO MAGELA (PT. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sra. Presidente, Srs. Deputados, venho à tribuna hoje fazer referência às duas greves de servidores públicos - professores e policiais civis - que buscam reajustes salariais e atendimento a outras reivindicações de uma pauta de negociação.

Historicamente sempre defendemos o movimento dos trabalhadores e o seu direito de reivindicar. Neste momento, nós do Partido dos Trabalhadores gostaríamos muito de estar atendendo às reivindicações desses dois segmentos fundamentais para o desenvolvimento de qualquer cidade e, especialmente, do nosso Distrito Federal. A impossibilidade de atendimento das reivindicações desses dois segmentos se dá em função de que essas áreas têm os seus salários pagos pelo Governo Federal. Sem o repasse do Governo Federal é impossível atender às reivindicações que envolvam recursos financeiros.

Preocupa-me muito, Sra. Presidente, as últimas deliberações do Governo Federal, quando resolve, unilateralmente, adiar o repasse dos recursos que faz ao Governo do Distrito Federal. As datas desse repasse vem sendo alteradas já há algum tempo, fazendo com que o Governo do Distrito Federal tenha que usar recursos próprios para cobrir o pagamento de salários dos seus servidores e dos servidores pagos pela União.

O Governo Federal decide alterar as datas de repasse de forma unilateral, asfixiando e dificultando ainda mais as ações do Governo do Distrito Federal. Esses repasses, que eram feitos no dia 5, serão adiados e redistribuídos durante o mês, dificultando assim que o Governo local tenha recursos para arcar com o pagamento dos servidores das áreas de, Saúde, Segurança e Educação. Provavelmente, isso acarretará também o atraso do pagamento dos servidores do próprio Distrito Federal pagos pelo Tesouro local.

Faço um apelo a V.Exa, como Presidente desta Casa e como Presidente de um dos Poderes do Distrito Federal, para que possa liderar um movimento de toda a sociedade, incluindo o Sindicato dos

Trabalhadores, os sindicatos empresariais e as entidades da sociedade civil, para que defendam o Distrito Federal. O Distrito Federal precisa dos recursos da União para pagar os seus servidores e não pode ficar asfixiado, à mercê de decisões de burocratas do Governo Federal, que vão dificultar cada vez mais o repasse, e o que é pior, em um momento eleitoral, fazendo parecer uma estratégia, uma tática para prejudicar o nosso Governo. Não podemos tratar essa questão como partidária, mas como social, porque, na medida em que o Governo do Distrito Federal atrasa o pagamento dos seus servidores, todo o Distrito Federal sofrerá, pois os servidores do Distrito Federal aqui pagam as suas contas, aqui gastam os seus salários, e isso com certeza trará repercussões negativas ao comércio e a toda economia do Distrito Federal. Faço, portanto, esse apelo a V.Exa. e também ao PMDB, ao PSDB, ao PPB, ao PDT, ao PTB, enfim, a todos os partidos que compõem esta Casa para se unirem a V.Exa. na coordenação desse movimento que deve defender a autonomia do Distrito Federal, mas sobretudo os interesses dos servidores públicos e da nossa sociedade como um todo.

Só há uma instituição, Sra. Presidente, que pode fazer isso de forma isenta, autônoma e coesa, que é exatamente a Câmara Legislativa do Distrito Federal, dirigida por V.Exa.

Deixo essa sugestão para que V.Exa. possa ajudar coordenando esse movimento que certamente contará com o apoio de todos os Deputados desta Casa, porque o que está em jogo é o interesse do povo do Distrito Federal e, não, os interesses de um ou outro partido no momento eleitoral.

Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADA LUCIA CARVALHO) - A partir da sugestão do Deputado Geraldo Magela de realizarmos um movimento no Distrito Federal em defesa de Brasília, em defesa do repasse que tende - segundo informações do Parlamentar - a sofrer atrasos por parte da União para o pagamento dos servidores do Distrito Federal, será necessário convocarmos uma reunião de Líderes para discutir a matéria e realizarmos rapidamente um movimento que una toda a sociedade em defesa do Distrito Federal.

Quero também comunicar a todos que a Associação Comercial procurou-me para trabalharmos uma ação no sentido de impedir a transferência da Agência Nacional de Petróleo para o Rio de Janeiro.

A constitucionalidade da lei que autorizou a transferência pode ser questionada e esta Casa já está fazendo um estudo no sentido de elaborar essa ação de inconstitucionalidade, impedindo a saída de recursos do Distrito Federal. Convocaremos uma reunião de Líderes, inclusive, para discutir o fechamento deste semestre e algumas propostas que a Presidente da Casa tem em relação às matérias a serem votadas ainda este ano.

Com a palavra o Deputado César Lacerda. (Pausa.)

Com a palavra o Deputado Peniel Pacheco.

DEPUTADO PENIEL PACHECO (PSDB. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sra. Presidente, Srs. Deputados, eu gostaria de aproveitar este momento de liderança do PSDB para trazer um esclarecimento que considero justo ao pronunciamento do Deputado Geraldo Magela.

É interessante observar que quando há uma ação do Governo Federal que representa um ganho, um benefício para os servidores ou para

a população do Distrito Federal, dificilmente ou quase nunca vemos Deputado vir à tribuna para elogiar, para dizer que o atual Governo Federal tem repassado mais recursos do que os governos anteriores; ou para falar dos convênios firmados que atendem projetos que o Governo do Distrito Federal até fatura politicamente sem dizer de onde vêm.

O Governo do Distrito Federal tem sido o grande beneficiário das ações do Governo Federal nos repasses de recursos dos programas do Governo Federal, que são imediatamente implantados no Governo do Distrito Federal, muitas vezes, em primeiro plano, considerando-se as outras unidades federadas. Há projetos pioneiros que são implantados em Brasília. O Governo Federal, embora sendo de outro partido, conta com o apoio do batalhador Senador José Roberto Arruda, que busca junto aos Ministros e ao Governo Federal recursos indispensáveis para o Governo do Distrito Federal realizar as suas obras. Entretanto, não vemos Deputados virem a esta tribuna para reconhecer o que é feito. Agora é que estão sendo tomadas medidas de ordem técnica para adequar a forma dos repasses para todos os Estados - isso está relacionado ao próprio funcionamento da máquina administrativa federal. Vemos aqui o Deputado querendo transferir ao Governo Federal culpas e responsabilidades nos problemas que não são do Governo Federal, e, sim, do Governo do Distrito Federal, porque o Distrito Federal tem também recursos provenientes de outras fontes de receita, não só a receita do Governo Federal.

O exemplo que eu vou dar é que, até pouco tempo atrás, o repasse da União para pagamento da Segurança, da Saúde e da Educação era feito com bastante antecedência a fim de que o Governo do Distrito Federal pudesse ter um caixa-extra para fazer programas que interessam à campanha eleitoral ou à população do Distrito Federal.

O Deputado João de Deus pensou que isso fosse caixa dois. Eu não sou de fazer acusações levianas. Se algum dia eu vier a este microfone dizer que existe caixa dois, tenho de ter certeza disso. Eu não faço como certas pessoas que saem por aí "falando pelos cotovelos" de coisas que não sabem e não têm responsabilidade para assumir as besteiras que falam. Eu, felizmente, não tenho esse comportamento, Deputado João de Deus, por isso não quero dizer que o Governo do Distrito Federal tem caixa dois. Se eu souber disso, como Parlamentar tenho o dever de denunciar o fato e tomar as medidas cabíveis, mas não vou fazer isso levianamente. Há algumas pessoas que não têm controle da língua, do pensamento, das idéias e ficam falando o que não sabem, fazendo acusações levianas, mentirosas. Eu diria o seguinte: essas pessoas que têm esse tipo de comportamento não contribuem para o bem-estar do nosso País.

Eu vou finalizar o pronunciamento, Sra. Presidente, dizendo que nós do PSDB certamente temos procurado ajudar até aqui e não vamos parar de ajudar. Se for necessário, inclusive, pedir ao Governo Federal que faça alguma adequação adaptando-se datas que não venham prejudicar os servidores, farei isso.

Eu gostaria que o Deputado Geraldo Magela fosse até mais honesto na sua fala e que S.Exa. pudesse registrar também o que acontece de bom no Governo Federal para auxiliar o Governo do Distrito Federal, porque fica parecendo que S.Exa. só vem à tribuna para criticar, e no momento de elogiar V.Exa. se omite. Assim, Deputado eu acho que V.Exa. não estaria sendo justo e sei que V.Exa. é um homem que tem pautado sua vida pela justiça, pelo equilíbrio e pela postura ética. Creio que V.Exa. deveria registrar também os momentos em que o Governo Federal

ajuda, e muito, o Governo do Distrito Federal a atender os interesses da coletividade e dos servidores públicos.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

DEPUTADO JOÃO DE DEUS - Sra. Presidente, peço a palavra pela ordem.

PRESIDENTE (DEPUTADA LUCIA CARVALHO) - Tem a palavra V.Exa.

DEPUTADO JOÃO DE DEUS (PDT. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sra. Presidente, Srs. Deputados, o Deputado Peniel Pacheco, como um bom pastor, não me entendeu. Olhei para S.Exa. e acenei "paz e amor". Não foi caixa dois o que eu acenei. Se V.Exa. está com caixa dois na cabeça, isso é problema de V.Exa.

DEPUTADO PENIEL PACHECO - Sra. Presidente, peço a palavra pela ordem.

PRESIDENTE (DEPUTADA LUCIA CARVALHO) - Tem a palavra V.Exa.

DEPUTADO PENIEL PACHECO (PSDB. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sra. Presidente, Srs. Deputados, eu quero me desculpar com o Deputado João de Deus, porque se S.Exa. fez o sinal de paz e amor, o que eu quero é paz, o que eu quero é poder usufruir do amor que o Deputado João de Deus tem manifestado aqui no plenário. De qualquer maneira, eu agradeço a V.Exa. que me oportunizou poder falar daqueles que agem de maneira leviana, o que não é o meu caso.

Muito obrigado.

DEPUTADO GERALDO MAGELA - Sra. Presidente, peço a palavra pela ordem.

PRESIDENTE (DEPUTADA LUCIA CARVALHO) - Tem a palavra V.Exa.

DEPUTADO GERALDO MAGELA (PT. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sra. Presidente, Srs. Deputados, eu quero, inicialmente, lamentar que o Deputado Peniel Pacheco tenha chegado quando eu estava concluindo o meu pronunciamento. Em nenhum momento fiz críticas diretas ao Governo Federal. Eu disse que o Governo Federal alterou unilateralmente as datas do repasse e que isso vai provocar uma asfixia financeira ao GDF. O meu pronunciamento foi um apelo aos Deputados do PSDB, para que se somem à Presidência da Casa, em nome do Poder Legislativo, a fim de solicitar ao Governo Federal que não altere a data dos repasses, porque isso vai trazer consequências profundas e negativas para a economia do Distrito Federal e não apenas para o Governo.

Quero dizer a V.Exa. que eu reconheço que, em muitos casos, houve a parceria do Governo Federal com o Governo do Distrito Federal; não desconheço isso. Creio que é muito importante que isso aconteça. Acho que, em muitos casos, o Governo Federal, ao repassar recursos, propiciou o desenvolvimento do Distrito Federal e isso é positivo. É claro que os recursos do Governo Federal são recursos da sociedade, administrados pelo Governo Federal. Eu gostaria que o nosso Governo recebesse os mesmos recursos que recebe o Governo do Sr. Antônio Brito, no Rio Grande do Sul. Esse Governo, assim como o Governo da Bahia e de São Paulo, recebe recursos para investimentos infinitamente menores. Eu gostaria que tivéssemos a mesma atenção que esses estados tem no que se refere a investimentos.

Não deixarei de reconhecer, Deputado Peniel Pacheco, que o Governo Federal tem feito parcerias importantes. Temos aqui o Deputado Pedro Celso, Líder do Governo, que, como Secretário de Trabalho, recebeu, como parceiro, ajuda por meio do FAT e outros casos que poderíamos enumerar aqui.

Quero dizer, Deputado Peniel Pacheco, para folgá-lo, que de fato aplaudo o Governo Federal quando ele adota medidas que ajudam a população e o Distrito Federal como um todo. Não tenho dúvidas disso. Virei à tribuna e aplaudirei - com certeza, Deputado Peniel Pacheco, - se o Governo Federal retroceder em sua decisão e mantiver as datas de repasse. Pode ter certeza de que serei um parlamentar que virá aqui aplaudir não só V.Exa., que, com certeza, irá se somar à Deputada Lucia Carvalho e a todos os Deputados nesta luta, mas aplaudir também o próprio Governo Federal, porque a população do Distrito Federal precisa da manutenção das datas tradicionais dos repasses.

DEPUTADO PENIEL PACHECO - Sra. Presidente, peço a palavra pela ordem.

PRESIDENTE (DEPUTADA LUCIA CARVALHO) - Tem a palavra V.Exa.

DEPUTADO PENIEL PACHECO (PSDB. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sra. Presidente, quero parabenizar a atitude do Deputado Geraldo Magela, que realmente reconhece que o Governo Federal tem sido sensível aos problemas do Distrito Federal. Evidentemente não criei uma polêmica entre mim e o Deputado Geraldo Magela para que não haja prejuízo nos trabalhos da Casa.

V.Exa. admite que o Governo Federal tem, na medida do possível, ajudado Brasília, não no sentido de fazer favor político, porque, sempre que se fala em ajudar, interpreta-se que o Governo estaria fazendo favor político. Não é isso! Os recursos são da União, mas os programas do Governo Federal certamente são implementados atendendo a determinadas prioridades e o Distrito Federal não tem ficado fora delas. O que é interessante é que V.Exa. como homem justo que é - disse isso inclusive no meu pronunciamento - se dispõe a fazer elogio quando o Governo Federal acertar. Então, quero dizer que V.Exa. tem uma dívida grande, que poderia ser paga usando o microfone para dizer o que o Governo Federal já tem feito para Brasília, e que tem sido muito.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADA LUCIA CARVALHO) - Passa-se aos

Comunicados de Parlamentares.

Concedo a palavra ao Deputado Odilon Aires. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Xavier. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Daniel Marques.

DEPUTADO DANIEL MARQUES (PMDB. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) - Sra. Presidente, Srs Deputados, subo a esta tribuna para dizer do meu constrangimento, como servidor do Distrito Federal e como professor da Fundação Educacional, pela falta de sensibilidade e de competência e pelo pouco caso que o Governo do Distrito Federal está tendo com a greve dos professores.

Sabemos que a maioria da bancada governista da Câmara Legislativa é composta de professores ou de sindicalistas, mas nós não estamos assistindo a nenhuma tomada de posição desta Casa com relação aos graves problemas que a educação do Distrito Federal vem

enfrentando por causa dessa greve, que já chega a quase dois meses sem que se tome nenhuma providência.

Temos hoje publicada, no *Correio Braziliense*, uma reportagem sobre uma vitória dos professores, não com relação às reivindicações feitas ao Governo do Distrito Federal, mas uma vitória na Justiça. Trata-se do direito ao desconto de somente 6% para a Previdência Social. Mesmo assim, o Governo não aproveita uma oportunidade dessas para acenar aos professores, aos grevistas uma possibilidade de, com o pagamento daquilo que lhe é devido, cumprir uma decisão judicial. Como pode haver uma "Brasília Legal" sem se cumprirem as decisões judiciais?

Quero perguntar ao Líder do Governo o que será feito pela Câmara Legislativa e pelo Governo do Distrito Federal no sentido de resolver a questão da greve dos professores e dos policiais civis. Não podemos esperar mais tempo. Não é possível. A sociedade não aguenta mais o prolongamento dessas greves.

Deputado Wasny de Roure, estou aqui para defender o meu mandato. Eu gostaria que V.Exa., como ex-Líder do Governo e como integrante do partido governista, viesse a esta tribuna para responder a esses questionamentos que faço.

Sobre a questão habitacional - eu gostaria que o ex-Secretário da Habitação estivesse aqui -, estamos assistindo a um assentamento feito pelo Governo do Distrito Federal em Planaltina, no Buriti IV. A maioria das pessoas daquela cidade são portadoras da carta-lote e estão sendo preteridas por eleitores trazidos não sei de onde para ocupar aquela área. Deputado Wasny de Roure, eu gostaria que V.Exa., conhecendo o assunto, viesse a esta tribuna para explicá-lo. V.Exa. é autor de projetos que eu defendi aqui nesta Casa. Pessoas estão sendo levadas para lá, contrariando os interesses do próprio membro do partido, V.Exa.

Portanto, eu gostaria que o Governo respondesse a esses questionamentos. A comunidade - aqueles que têm o direito constitucional e legal a ter o seu lote - está apavorada com essa possibilidade de ser preterida em função das eleições. O Governo está querendo aproveitar a situação para obter votos, assentando pessoas - não sabemos de onde e nem se elas têm direito à moradia ou não - em detrimento de outras que têm o documento dando direito ao lote e até hoje não foram assentadas.

Eu gostaria que o Líder do Governo nesta Casa e as pessoas que respondem pelo Governo viessem a esta tribuna para dar uma satisfação à comunidade, não aproveitando o momento eleitoral para fazer campanha política à custa da concessão de lotes em detrimento daqueles que têm esse direito.

Muito obrigado.

DEPUTADO WASNY DE ROURE - Sra. Presidente, peço a palavra pela ordem.

PRESIDENTE (DEPUTADA LUCIA CARVALHO) - Tem a palavra V.Exa.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sra. Presidente, por iniciativa de V.Exa. esta Casa constituiu uma comissão para tratar da questão da greve dos professores. O PMDB participou da comissão com a presença de dois Deputados de reconhecida expressão nesta cidade: Deputados Luiz Estevão e Filippelli. Além de V.Exa. e da minha pessoa, participou da reunião o Deputado Renato Rainha. Fizemos diversas gestões, várias audiências, tentamos intermediar e até nas últimas assembleias estivemos tentando negociar.

Essa comissão teve a iniciativa de ir ao Gabinete do Senador Arruda impor uma mesa-redonda com a presença de representantes do Governo do Distrito Federal, do Governo Federal, das Bancadas Federal e da Câmara Legislativa e dos sindicalistas, tanto da Central Única dos Trabalhadores, como também do próprio Sinpro, sindicato da categoria em discussão. Portanto, vários esforços foram feitos e infelizmente não foram suficientes - até reconheço isso. Por outro lado, não assisti, nessas reuniões, em nenhum momento, à presença do próprio Deputado Daniel Marques, que está nos cobrando um posicionamento. Não sei quais iniciativas S.Exa. tomou para colaborar com seus colegas. S.Exa. sequer esteve na reunião, embora tenha sido convidado a participar dela, porque o convite foi lançado da tribuna desta Casa.

Eu gostaria de esclarecer, até por que estava em Planaltina, que concordo com uma pequena parcela das argumentações feitas pelo Deputado Daniel Marques em relação à chegada de moradores naquela cidade. Trata-se de moradores da Estrutural. Ao que pesem eventuais divergências do ponto de vista da Estrutural, eles são cidadãos e têm o direito de ir para Planaltina, Taguatinga ou para qualquer outra cidade. Então, sabe-se muito bem de onde as pessoas estão vindo. Na realidade, eles são cidadãos que merecem respeito.

Acredito que o equívoco cometido pelo Governo foi o fato de não ter iniciado esse processo com uma prévia discussão com a comunidade, sabendo exatamente quem teria direito de ir para lá: as pessoas do cheque-lote. Diga-se de passagem, essas pessoas em 1994 foram ludibriadas e não receberam os lotes. Agora, neste Governo, elas receberão os lotes, sim, porque já haviam recebido naquela ocasião um documento do Estado, independentemente do Governo. Os lotes estarão sendo localizados no Setor Residencial Leste de Planaltina. Também não se discutiu a remoção de ocupações históricas como a da Chácara Boa Esperança.

Com relação à Olaria Comunitária, eu também gostaria de esclarecer o seguinte: o Governo vai realizar o parcelamento, sim. Os moradores podem até mesmo estar sendo submetidos a constrangimento - não posso discordar do Deputado Daniel Marques, pois é verdade. Eu gostaria de afirmar que a posição do Governo - até houve uma audiência há pouco com a Vice-Governadora, com o Secretário de Habitação e com o Diretor do IPDF - é a de que em um prazo de duas a três semanas o IPDF estará encaminhando para registro o parcelamento da chamada Olaria Comunitária, em Planaltina.

Obrigado, Sra. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADA LUCIA CARVALHO) - Concedo a palavra ao Deputado Renato Rainha. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Marco Lima.

DEPUTADO MARCO LIMA (PSDB. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) - Sra. Presidente, Srs. Parlamentares, companheiros da imprensa presentes, venho a esta tribuna para comunicar algumas coisas que estão acontecendo em Sobradinho, aproveitando a presença do Deputado Pedro Celso, Líder do Governo.

Srs. Parlamentares, tenho adotado uma postura ética, como morador e filho de Sobradinho - nasci na Quadra 17, conjunto B, casa 22 -, e fico abismado com o comportamento do atual Administrador daquela cidade, o professor Lisboa, porque S.Sa. resolveu, nos últimos dias, fazer agressões públicas contra a minha pessoa, Parlamentar daquela cidade.

É publicado um jornaleco na cidade, o *Oi Comunidade*, um jornalzinho que sempre serviu à direita de Sobradinho e hoje serve ao Administrador, não ao partido do Administrador - em Sobradinho há várias brigas. Sra. Presidente, fico bastante apreensivo com o fato de o Administrador utilizar esse jornaleco para fazer críticas à minha pessoa e ao meu trabalho na cidade, afirmando que os projetos pelos quais estou lutando não são meus, mas do Governo e de S.Sa., como Administrador Regional. Além disso, S.Sa. faz críticas e graves pronunciamentos naquele jornaleco.

Quero informar aos nobres Parlamentares que a minha assessoria jurídica já está providenciando uma ação contra esse safado, porque, para mim, um homem público que usa sua posição para agredir outras pessoas publicamente, sem ter provas concretas, é um safado!

A minha posição com relação a esse Administrador Regional sempre foi de neutralidade, porque sei que S.Sa. é uma pessoa sensível, que tenta fazer tudo para que Sobradinho seja uma cidade bacana. Mas sabemos que não é bem assim. Há o seu lado positivo, mas há também o seu lado negativo, o lado sorrateiro, o lado sacana e o lado safado.

Fico preocupado com o fato de um Parlamentar ser agredido por um "administradorzinho regional", que não tira a bunda de sua cadeira para saber dos problemas da cidade e conhecê-la de perto. Para mim, S.Sa. é um administrador biônico: era administrador da Ceilândia e veio administrar Sobradinho; não conhece a cidade, não sabe dos problemas dela e, agora, quer me agredir, porque fiz um panfleto informando as obras e as propostas que fiz para Sobradinho, bem como parabenizando a cidade pelo seu aniversário. Agora, vem esse Administrador, nesse jornaleco, fazer críticas à minha pessoa e à minha forma de trabalhar!

Quero dizer ao Deputado Pedro Celso, que é Líder do Governo, e aos demais Parlamentares que compõem a base do Governo que, nesta Casa, sempre adotei uma postura de independência, uma postura de ajudar o Governo no que for preciso, votando contra aquilo que acho que não é conveniente - tanto para minha pessoa, quanto partidariamente -, mas esse Administrador já passou dos limites! Se S.Sa. quer adotar essa postura, porque estamos em época de campanha ou porque quer se promover ou promover um outro candidato qualquer, S.Sa. terá guerra, terá "pau"! Para eu invadir aquela Administração com o meu pessoal e tomá-lo no "cacete", lá dentro, não custa nada!

Sempre adotei a postura da não agressão aos outros, mas agora digo uma coisa: quem agredir o Marco Lima vai ter troco, troco à altura! Esse Administrador Regional, que o será só até dezembro - se Deus quiser -, está me provocando e passando dos limites!

Ou o Governo do Distrito Federal toma uma providência política com relação a esse Administrador, ou então fale bem claro, alto e em bom som que isso se trata de algo orquestrado pelo Governo ou pelo partido do Governo. Preciso saber disso logo, para declarar quem são os meus inimigos, porque não vou tolerar mais um "administradorzinho" qualquer fazer críticas a um trabalho sério, a um grupo sério de Sobradinho, que quer lutar pela melhoria daquela cidade.

Tenho dado recados a esse Administrador e esse é o meu último. Pena que S.Sa. não tem moral nem competência para vir a esta Casa, mas se vier, falarei com S.Sa. de "bigode a bigode".

DEPUTADO WASNY DE ROURE - Sra. Presidente, peço a palavra pela ordem.

PRESIDENTE (DEPUTADA LUCIA CARVALHO) - Tem a palavra V.Exa.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sra. Presidente, com todo o respeito ao Deputado Marco Lima, eu não poderia ouvir esse pronunciamento sem me manifestar, tendo em vista a história que conheço sobre o Administrador de Sobradinho: companheiro sindicalista, de luta e que pode até ter se equivocado - não conheço a matéria. V.Exa. o conhece muito bem e sabe da trajetória de responsabilidade desse companheiro.

Coloco-me à disposição para ajudar a esclarecer os fatos, mas não posso aceitar os adjetivos absurdos que foram ditos aqui.

Eu gostaria que V.Exa. pudesse analisar o teor das palavras ditas, porque acredito que isso depõe não somente contra o Parlamentar, mas também contra esta Casa.

Com relação ao jornal *Oi Comunidade*, já participei de alguns eventos de grande envergadura na comunidade, promovidos por ele, com a presença, inclusive, de vários Parlamentares e do próprio Deputado Daniel Marques. Pelo que conheço, aquele é um meio de comunicação responsável e sério, que muitas vezes tem criticado o governo e os Parlamentares, inclusive a mim, em alguns momentos. É um meio de comunicação que tem uma construção, ainda que, eventualmente, ele tenha sido usado para demonstrar a posição de um administrador. Acredito que aquele jornal é um canal de imprensa da maior seriedade e envergadura na cidade de Sobradinho.

PRESIDENTE (DEPUTADA LUCIA CARVALHO) - Eu gostaria de lembrar os Srs. Parlamentares de que está sendo utilizado o uso da palavra pela ordem para se fazer uma espécie de pinga-fogo ou resposta a quem se pronunciou anteriormente. Estamos no horário destinado ao Comunicado de Parlamentares e o próximo inscrito a se pronunciar é o Deputado João de Deus, que terá cinco minutos para fazer uso da palavra na tribuna. Solicito aos Parlamentares que não mais utilizem o artifício de pedir a palavra pela ordem para responder aos Deputados que os antecederam, e que façam o uso da palavra como determina o Regimento desta Casa.

Com a palavra o Deputado João de Deus.

DEPUTADO JOÃO DE DEUS (PDT. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) - Sra. Presidente, em primeiro lugar quero parabenizar o Deputado Marco Lima quando disse, de maneira firme, que o atual Administrador de Sobradinho é sensível. Resta saber qual é a sensibilidade que o ladeia.

Deputado Marco Lima, além de parabenizá-lo, sugiro a V.Exa. que faça um requerimento convocando o Administrador de Sobradinho a esta Casa, para que S.Sa. o reconheça como representante do povo do Distrito Federal, como pessoa que nasceu em Sobradinho e por quem, no mínimo, S.Sa. deveria ter respeito, tanto por V.Exa. ser um cidadão de Sobradinho, como por ser um Parlamentar que já pertenceu ao quadro do partido dele, o Partido dos Trabalhadores.

V.Exa. tem seus motivos para ter saído do PT. Isso não quer dizer que o Administrador tenha ojeriza por V.Exa.

Votarei a favor da convocação do Administrador de Sobradinho, para que, no Plenário, descubramos por que motivo S.Sa. ataca os outros. Talvez V.Exa. não lhe tenha dado aquilo que S.Sa. mais precisa em sua sensibilidade.

DEPUTADO XAVIER - Sra. Presidente, anteriormente dispensei o uso da palavra. Pergunto se agora há a possibilidade de fazê-lo.

PRESIDENTE (DEPUTADA LUCIA CARVALHO) - Convocarei V. Exa. depois que todos forem chamados.

Concedo a palavra ao Deputado César Lacerda. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Manoelzinho. (Pausa.)

DEPUTADO MANOELZINHO (PMDB. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) - Sra. Presidente, prezados companheiros Deputados, venho à tribuna para mais uma vez chamar a atenção de todos para a onda de violência que vem tomando conta de Brasília.

Semana passada, foi assassinado o Sr. Emino Ribeiro Barbosa, pai de família e chofer de táxi. Até agora os marginais não foram presos nem seu veículo foi encontrado.

Percebemos que a cada dia a violência toma espaço, fulminando pais de família e, de certa forma, isso vem dando guarida a vagabundos e marginais que estão por aí, assolando o País.

Hoje, o *Jornal de Brasília* traz a seguinte matéria: "Assaltante Ratão é preso no Rio de Janeiro". Esse homem praticou, em Brasília, vários assaltos e latrocínios.

O mesmo jornal traz a seguinte manchete: "Policial civil enterrado em forte clima de protesto". O policial civil Davi foi assassinado quando combatia o tráfico de drogas na Ceilândia.

Não sei o que o Governo Cristovam está fazendo, qual a preocupação de S.Exa. com a população. A violência está campeando e tomando espaço. A Polícia Civil está em greve porque o Governador não cumpre com o dever de reconhecer e pagar o salário devido a que o policial tem direito. Além de não pagar o salário, este governo deixa o policial descoberto, como foi o caso do Davi, assassinado de maneira covarde por vagabundos e marginais na Ceilândia. Não é só isso! O Governo tira o policial preparado para combater criminosos e coloca policiais apenas para multar. O que se ouve falar hoje é que cada condutor de veículos tem dois, três mil reais de multas aplicadas de maneira incoerente e ilegal. Os professores também estão em greve há quase dois meses - e com razão - porque pleiteiam o direito sagrado de receber seus salários, solicitando, sobretudo, que o governo petista cumpra com a promessa de realmente valorizar a educação.

Lamentavelmente, o governo gasta dinheiro com propaganda mentirosa, falseia e mente para a população, usando o dinheiro em propaganda indevida, gastando milhões e milhões de reais, enquanto não tem dinheiro para pagar os professores que verdadeiramente fazem a educação desta cidade e preparam os jovens para assumirem a condição de cidadãos do futuro.

Infelizmente o Governador caloteou os professores, os policiais civis e tem caloteado também os ambulantes, expulsando-os, há pouco, da Rodoviária.

Lamentavelmente, Brasília está entregue às traças. Brasília é o caos total, fruto de um desgoverno de alguém despreparado para gerir e administrar os interesses da população.

Não poderíamos, como peemedebistas, defensores da democracia, deixar de vir aqui denunciar este Governo incapaz, inepto, que não respeita professores, policiais civis, policiais militares, motoristas de táxi, garçons, ambulantes e microempresários. Este Governador deixou

Brasília virar um caos.

Está aqui a manchete: "Assaltante Ratão é preso no Rio de Janeiro".

PRESIDENTE (DEPUTADA LUCIA CARVALHO) - Com a palavra o Deputado Marcos Arruda. (Pausa.)

Com a palavra o Deputado Peniel Pacheco. (Pausa.)

Com a palavra o Deputado Wasny de Roure. (Pausa.)

Com a palavra o Deputado Antônio José - Cafu.

DEPUTADO ANTÔNIO JOSÉ - CAFU (PT. Para breve comunicação. Com revisão do orador.) - Sra. Presidente, Srs. Deputados, na semana passada aguardei que esta Casa se pronunciasse acerca de uma matéria publicada no segundo número da Revista Época.

Há nesta Casa um partido que hoje se manifesta como "defensor". Antes de mim, um membro desse partido fez o seu pronunciamento. Eu gostaria que esse mesmo Deputado e o Presidente do PMDB falassem sobre a matéria em questão. Eu gostaria que o Deputado envolvido pudesse também nos esclarecer. A matéria é "Terras de muitos senhores. Grupo OK fica com lotes arrendados a juízes num negócio que o governo brasileiro ainda tenta desfazer na Justiça". Nós tivemos numa batalha muito pesada sobre a questão da Fazenda Santa Prisca, no Núcleo Rural Visconde Inhaúma. Essa matéria revela que juizes - que têm a responsabilidade de ajudar a preservar o patrimônio público - são vistos instrumentalizados como legitimadores de uma negociata, como diz o companheiro Lula, de uma grande "maracutaia".

Quero que essa matéria vá para os Anais desta Casa e também que, ao invés de como está sendo feito pela imprensa, pegar um bode expiatório, produzindo um texto para tornar público esse tema...

Por que esses juizes não vêm esclarecer a público o que eles fizeram? Eles estavam dentro da lei, quando fizeram essas negociatas com o Sr. Lino Martins Pinto, que é dono do Grupo OK? Quero saber se essa cidade merece ter um senador envolvido com isso. Ele quer ser candidato a senador para esconder isso?

Na época da CPI da Grilagem de Terras já sabíamos disso. O Deputado Luiz Estevão usou do seu poder, usou o PMDB para impedir que o relatório que tínhamos sobre esse assunto pudesse ser apreciado no Pleno daquela CPI.

Quero parabenizar a redação da revista Época e solicitar que o jornalismo investigativo, com o seu papel importantíssimo na história pretérita desse país, ajude-nos, ocupando esse espaço e investigando a fundo essa questão, porque perceberemos toda uma armação. O que estava por trás de tudo? A negociata de uma cidade, cujo lucro mínimo seria de um bilhão de dólares. Como ficaremos calados, olhando um para o outro, como se o que foi publicado na referida revista não dissesse respeito a nós Parlamentares e representantes eleitos por esta cidade?

Semana passada fiquei triste porque me parece que esse fato não tocou aqui, ou seja, houve uma omissão, um silêncio, um alheamento e uma convivência por causa do poder do cheque, do dinheiro e da persuasão.

A respeito da sala utilizada pelo Deputado, ao lado da minha, que virou um "núcleo terapêutico", solicito à Presidente que, urgentemente, tome medidas com relação a esse fato. Ouvi uma discussão sobre o encaminhamento de um protocolo. O usuário queria saber se fazia o encaminhamento ali ou ao Detran, com relação às multas, que todo cidadão tem direito de questionar. Só que esta Casa não pode ser conivente com a maneira e a forma pelas quais essa discussão está sendo

conduzida. Foi dito o seguinte - eu ouvi: "O Deputado garante o retorno do ressarcimento das multas. Você garante o seu retorno para ele?". Eu pergunto: o que é isso? O que está sendo feito? Trata-se de um balcão de moeda de voto nas "barbas" desta Casa? Qual é o papel? É legítimo o direito de disputar o voto, franco e aberto, mas, utilizar do poder público, da direção da Casa e de uma sala, fazendo dela um balcão de negociata, isso é sério, Deputada Lucia Carvalho. Acredito que esta Casa tratará do assunto com o devido respeito, pois a imagem deste Poder deve ser tratada e resguardada diante da opinião pública.

(Segue artigo de revista referido pelo Deputado Cafu, constando de 3 folhas.)

Terras de muitos senhores

Grupo OK fica com lotes arrendados a juízes num negócio que o governo brasileiro ainda tenta desfazer na Justiça

S eis juízes, entre eles quatro integrantes do Tribunal de Justiça do Distrito Federal, estão envolvidos numa disputa judicial entre o governo local e um dos maiores grupos privados de Brasília. No centro da controvérsia está uma ampla área de terras públicas, na periferia da capital federal, destinada a projetos agrícolas. Os juízes arrendaram as glebas. Logo a seguir, rescindiram os contratos de arrendamento com o governo, devolveram as terras e dispensaram, por escrito, qualquer tipo de indenização. Mas, ao mesmo tempo, fizeram contratos particulares com um sócio do Grupo OK, recebendo dinheiro pelo repasse de seus direitos sobre os lotes. A transfe-

rência, feita em menos de um ano, é proibida por lei de ocorrer em prazo inferior a cinco anos.

Os negócios entre os juízes e a empresa aconteceram quase 13 anos atrás, mas só foram descobertos há dois anos. Desde então, o governo do Distrito Federal e o Grupo OK discutem o uso da área. Sem acordo, o primeiro anuncia para esta semana o início de uma ofensiva judicial para retomada das terras. Isso pode inviabilizar um projeto imobiliário do Grupo OK - a construção de uma cidade para 140 mil habitantes à margem da rodovia que liga Brasília a Belo Horizonte, de frente para a maior reserva ecológica da região.

A empresa apostava faturar mais de R\$ 1 bilhão no empreendimento ao longo de oito anos. O mais provável é que o processo acabe sendo levado ao Tribunal de Justiça, a que têm assento quatro dos magistrados envolvidos: o presidente do tribunal, Hermenegildo Fernandes Gonçalves, seu vice, Asdrúbal Vazquez Cruzen, os desembargadores Edmundo Minervino Dias e Natanael Caetano Fernandes. O caso envolve ainda os juízes aposentados João Alves de Oliveira e Oswaldo Sousa e Silva. Procurados por ÉPOCA, indicaram o presidente do tribunal como porta-voz do grupo - exceto Sousa e Silva, que não foi localizado.

Gonçalves contou que arrendaram as glebas na Colônia Agrícola Visconde Inhaúma, a cerca de 40 quilômetros do centro de Brasília, para desenvolver projetos agropecuários. "Mas surgiu a empresa OK, que nos assediou, e vimos que íamos ficar cercados, perdendo o investimento. Um dia, cedemos os

direitos, sendo indenizados pelas benfeitorias. " Pelos contratos assinados, os pagamentos aos juizes variaram de R\$ 4.800 a R\$ 97.300, em valores atuais. Gonçalves, por exemplo, fez tudo em um único dia de fevereiro de 1986. Num papel, pediu ao governo a rescisão de seu contrato de arrendamento e, em outro, transferiu seus direitos por R\$ 19.300. Já Dias, ex-presidente do TRE, fez diferente. Primeiro assinou o repasse dos direitos por igual quantia e só 33 dias depois remeteu ao governo sua renúncia ao arrendamento.

Nos contratos particulares, todos transferiram direitos de arrendatários ao empresário Lino Martins Pinto, sócio e padasto do deputado distrital Luiz Estevão (PMDB-DF), licenciado da direção do Grupo OK. Pinto recusou-se a explicar o negócio com os juizes. Seu sócio e enteado procurou *ÉPOCA* por duas vezes na semana passada. Na primeira vez, disse que foi aos juizes e propôs a compra. Na segunda, afirmou que "o dinheiro era das benfeitorias". Para Estevão os negócios foram feitos dentro da lei. Diz possuir "um documento" no qual o governo do Distrito Federal rescindiu em 1986 o contrato com os juizes e comprometia-se "a novo arrendamento" com ele.

O atual governo da capital federal considera a operação totalmente ilegal. A procuradoria jurídica da fundação que administra a colônia agrícola argumenta com uma lei, editada sete anos antes dos negócios entre os juizes e o Grupo OK, sobre transferência de terras públicas a particulares. Em um de seus artigos, o Decreto nº 4802/79 proíbe a transferência de um imóvel antes de cinco anos de vigência de seu contrato de arrendamento. E, depois desse prazo, só com prévia permissão do órgão público responsável, que tem direito de preferência pelo preço declarado (no caso R\$ 5,66 por hectare, pelos preços de hoje).

Para a procuradoria da fundação, os contratos dos juizes com o sócio e padasto do deputado resumem-se a uma tentativa de "burlar a legislação". E, mesmo se fossem válidos, não haveria o que transferir ao grupo privado porque os juizes assinaram sua renúncia aos contratos de arrendamento e, naquele momento, o governo aceitou. As terras transferidas pelos juizes integram uma gleba de 793 hectares ocupada pelo Grupo OK. Nessa área cabem cinco parques como o do Ibirapuera, em São Paulo, ou ainda um bairro do porte de Copacabana, no Rio de Janeiro. Essas terras estão cobertas por soja. Nos mapas do governo do Distrito Federal aparecem destacadas como zona sem uso definido. Até meses atrás, eram caracterizadas como região agrícola de uso diversificado. Mas uma manobra legislativa estimulada pelo deputado Estevão mudou o plano de ordenamento territorial de Brasília e abriu a seu grupo empresarial a possibilidade de usar essas terras para a construção de uma cidade. Aprovada a lei, o governador Cristóvam Buarque a vetou. Mas a Câmara Distrital derrubou o veto. E abriu-se outra disputa, ainda não resolvida pelo Tribunal de Justiça.

Nos últimos dias, os episódios entre os juizes, o Grupo OK e o governo do Distrito Federal afloraram à cena política. O deputado Estevão é candidato ao Senado pelo PMDB na oposição ao governador Buarque, que tenta a reeleição pelo PT. Um dos clientes do Grupo OK nos negócios com terras na periferia foi o desembargador Edmundo Minervino Dias, que presidiu o Tribunal Regional até a semana passada. Foi ele quem pre-

parou as normas de atuação do TRE na eleição de outubro próximo. O caso provocou a retomada das discussões no Congresso e no STF sobre a necessidade do controle externo do Judiciário. No Legislativo, há quem defenda a idéia. No Judiciário, raros são os que concordam com ela. Um deles é o presidente do STF, José Celso de Mello. Diz ele: "A magistratura não é uma instância de poder imune a críticas, infensa a erros ou insuscetível a desvios ou abusos". ■

CARLOS ALBERTO JR./
DANIELA PINHEIRO/JOSÉ CASADO/
UGO BRAGA, DE BRASÍLIA

ÉPOCA 1º DE JUNHO, 1998

PRESIDENTE (DEPUTADA LUCIA CARVALHO) - O Deputado

Antônio José-Cafu dirigiu-se a minha pessoa como possível conivente com a ocupação da sala. Quero esclarecer aos Srs. Deputados que aquela sala foi entregue ao Deputado antes de assumirmos a Presidência. Agradeço pela denúncia a respeito da utilização que S.Exa. está fazendo dela e peço que se formalize um pedido à Mesa, solicitando do Deputado a desocupação da sala, na medida em que S.Exa. a está usando como um espaço a mais para tarefas do seu gabinete.

Temos compreensão de que o trabalho político deve ser desenvolvido em cada um dos gabinetes. A Presidência, Vice-Presidência, Primeira, Segunda e Terceira Secretarias devem estar a serviço das estruturas da Casa. O Deputado Antônio José-Cafu traz uma denúncia absolutamente clara e deve formalizá-la para que possamos solicitar que o Deputado feche a sala que está utilizando para campanha política e a entregue à administração da Casa. Faço essa solicitação porque não somos coniventes com esse tipo de atuação.

Portanto, a decisão da Presidente é essa e espero que seja transmitida a todos os setores desta Casa.

Concedo a palavra ao Deputado Benício Tavares. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado João de Deus. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Filippelli.

DEPUTADO FILIPPELLI (PMDB. Para breve comunicação.

Sem revisão do orador.) - Sra. Presidente, Srs. Deputados, ouvi atentamente o discurso do Deputado que me antecedeu. Não tenho procuração do Deputado desta Casa que foi objeto da matéria publicada pela Editora Globo, porém, sou o líder do PMDB e gostaria de usar a tribuna para dar outro enfoque ao assunto abordado pelo Deputado Antônio José - Cafu. Neste momento eu esperava que o Deputado Antônio José - Cafu viesse aqui para justificar porque o nome de S.Exa. consta de um relatório de uma comissão - que não é uma comissão de ética porque o PT não tem comissão de ética - que tentaria responder pelo papel de comissão de ética, com falhas e defeitos normais e proporcionais ao partido, como intermediário, como corretor de 130 lotes por um voto da Articulação ao Governador Cristóvam Buarque. Isso está no relatório, que não foi produzido pelo PMDB nem pela Editora Globo. Ele foi produzido e assinado pelo PT, por vários membros desse partido. Quando esse assunto foi abordado nesta tribuna, o Deputado Antônio José - Cafu não estava omissa ou calado, mas estava ausente desta Casa. De forma vergonhosa, estamos vendo um membro desta Casa desenvolver papel de corretor.

Lamento também que o Deputado Antônio José - Cafu, com o apego e respeito que tem à coisa pública, não tenha manifestado surpresa e denunciado com a mesma indignação e veemência a forma vergonhosa com que um administrador, um funcionário público, usou veículos do Governo do Distrito Federal para distribuir cópias desta matéria citada agora. Muito mais grave é o gesto, Deputado Antônio José - Cafu.

V.Exa. lamentavelmente, por se tratar de um elemento ligado ao PT, se cala de forma covarde, porque isso diz respeito a V.Exa., ao seu partido e ao seu governo.

Nós do PMDB não nos contentamos em fazer denúncias desta tribuna usando veemência. Nós vamos atrás da Justiça. Quando não concordamos com algo, fazemos valer a Justiça. V.Exa., que hoje acusa a Justiça, deve ir atrás dela para fazer valer o seu ponto de vista.

Com relação ao Administrador de Planaltina, que foi fotografado e filmado descendo de um veículo oficial com material de uso político, de forma covarde e vergonhosa, esse elemento está sendo processado porque não admitimos isso, não ficamos no discurso. Vamos para a prática, para a realidade e para o resultado.

Portanto, Deputado Antônio José - Cafu, eu ficaria muito mais satisfeito de subir a esta tribuna para responder ao seu discurso, mas depois que V.Exa. olhasse no espelho e viesse aqui justificar as tais maracutaías que o seu companheiro de partido disse.

DEPUTADO ANTÔNIO JOSÉ - CAFU - Sra. Presidente, peço a palavra pela ordem.

PRESIDENTE (DEPUTADA LUCIA CARVALHO) - Tem a palavra V.Exa.

DEPUTADO ANTÔNIO JOSÉ - CAFU (PT. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sra. Presidente, farei um desafio ao desafeto do Deputado Filippelli. Com relação à denúncia que S.Exa. faz, estou aguardando parecer da Executiva do PT sobre aquele relatório da Comissão de Ética. Feito isso, concordo em trazer isso ao Deputado, mas eu gostaria que S.Exa. tentasse fazer a mesma coisa com relação ao Deputado também do PMDB e à denúncia da revista *Época*. Eu concordo em abrir a minha vida, abrir os meus gestos.

O *Correio Braziliense* me ligou na semana passada. Eu disse à jornalista - quanto ao relatório da Comissão que envolve o nome do Presidente do PT de Taguatinga e tenta me envolver - que falarei sobre o assunto assim que o PT deliberar. Não passarei a carroça na frente dos cavalos. Eu quero que a Executiva do meu partido delibere acerca desse relatório. Feito isso, estou disposto a falar com a imprensa, com o Deputado Filippelli e com todo o PMDB. Quero que prove; quero a mesma coisa com relação à matéria da revista *Época*, se o Deputado envolvido tiver a coragem de fazer a mesma coisa.

DEPUTADO FILIPPELLI - Sra. Presidente, peço a palavra pela ordem.

PRESIDENTE (DEPUTADA LUCIA CARVALHO) - Tem a palavra V.Exa.

DEPUTADO FILIPPELLI (PMDB. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sra. Presidente, até por haver uma demanda do próprio Deputado Antônio José - Cafu com relação a isso, eu gostaria de sugerir que S.Exa. aproveitasse a reportagem do *Correio Braziliense* e esclarecesse esse episódio do Administrador de Planaltina, que é objeto de inquérito policial. Da mesma forma, entendo que esse desafio já foi aceito pelo próprio PMDB e pelo Deputado que foi alvo dessa publicação

da Editora Globo. Tanto é que um dos entendimentos entre o Deputado do PMDB e o Deputado Antônio José - Cafu é justamente o inquérito policial contra o Deputado Antônio José - Cafu por S.Exa. ter arrombado a sala e ter entrado nela pela porta do fundo.

Portanto, nós do PMDB adotamos sempre esse princípio. Não ficamos no discurso. Buscamos a justiça, os resultados práticos e não discursos rebuscados, que mostram certa indignação e certa veemência, nas que de forma covarde se calam e se omitem com relação a seu próprio rabo.

PRESIDENTE (DEPUTADA LUCIA CARVALHO) - Concedo a palavra ao Deputado Xavier.

DEPUTADO XAVIER (PPB. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) - Sra. Presidente, agradeço a V.Exa. pela atenção em conceder-me este tempo, pois eu havia dispensado a minha falação. Surgiu um assunto de extrema importância, que eu gostaria de denunciar.

A Igreja Evangélica Assembléia de Deus de Brasília funciona no Riacho Fundo há aproximadamente 5 anos e possui mais ou menos 250 membros. Essa Igreja está sob ameaça de perder todo o seu patrimônio pois a Terracap publicou um edital licitando aquela área.

Naquela área há uma construção edificada em que funciona uma escola e uma creche. Ali existe um excelente trabalho desenvolvido pela Igreja para a comunidade do Riacho Fundo. Agora, para surpresa da direção da Igreja, a Terracap publicou um edital indicando aquela área para uma licitação pública.

Então, eu gostaria de fazer um apelo, por meio da Presidência desta Casa, para que a Terracap retire aquele edital, ou seja, o item que menciona aquele terreno para uma licitação, uma vez que a Igreja será muito prejudicada, pois há uma edificação. Repito, a igreja funciona no local há cinco anos e possui 250 membros.

É uma grande injustiça o que a Terracap está fazendo com aquela instituição. Então, mais uma vez faço um apelo. A igreja não pode ser prejudicada por esse ato. Ela possui um documento oficial, uma concessão de uso, mas infelizmente a Terracap, na pessoa do Bassul, aquele anticristo que não reconhece a legitimidade e o trabalho da Igreja, mais uma vez quer perseguir e tomar, à força, um templo que está edificado há cinco anos.

Faço esse apelo e denuncio, porque vamos lutar e não permitiremos que isso aconteça.

Muito obrigado!

DEPUTADO PEDRO CELSO - Sra. Presidente, peço a palavra pela ordem.

PRESIDENTE (DEPUTADA LUCIA CARVALHO) - Tem a palavra V. Exa.

DEPUTADO PEDRO CELSO (PT. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sra. Presidente, o Deputado Xavier faz um apelo para que esse problema seja solucionado, mas ao mesmo tempo ataca de forma violenta o Presidente da Terracap com acusações que não procedem.

Todos conhecem o Sr. José Roberto B. Campos e sabem da sua integridade, lisura e transparência na administração da coisa pública. O que se está buscando, pura e simplesmente, é legalizar uma situação herdada por este Governo e que agora desejamos regularizar. Portanto, não é chamando de anticristo, de perseguidor da igreja uma pessoa da seriedade do Sr. José Roberto Bassul que se vai conseguir algum

resultado. Estamos tentando resolver o problema e teremos êxito por intermédio do diálogo, dentro da lei. Ao contrário do que foi dito, a relação do atual Governo com a Igreja Assembléia de Deus é a melhor possível.

DEPUTADO FILIPPELLI - Sra. Presidente, peço a palavra pela ordem.

PRESIDENTE (DEPUTADA LUCIA CARVALHO) - Solicito que V.Exa seja breve, pois não há mais *quorum* para debate.

Tem a palavra V. Exa..

DEPUTADO FILIPPELLI (PMDB. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sra. Presidente, venho reiterar um pedido com relação à lei do transporte alternativo que amplia de doze para dezesseis os assentos dos veículos utilizados com esta finalidade.

O tempo para o Governador sancionar esse projeto aprovado já expirou. A matéria deveria ser promulgada por esta Casa e há vários dias estamos aguardando tais medidas. A demora está penalizando esses transportadores, que são uma turma de trabalhadores autônomos. Volto a cobrar isso pela segunda vez. Fui informado de que o Governador o sancionaria, porém deixo claro que a essa altura não cabe mais sanção de V.Exa. Como até agora nada foi publicado ou sancionado, cabe a esta Casa promulgá-lo, não havendo, portanto, qualquer possibilidade de sanção pelo Governador.

PRESIDENTE (DEPUTADA LUCIA CARVALHO) - Pela segunda vez responderei que já estamos fazendo solicitações junto ao GDF para que nos envie o número da lei a fim de efetuarmos a promulgação. Eu também tenho a mesma compreensão de V.Exa. e acredito que o Governador não pode sancionar projetos aprovados fora do prazo. Inclusive adotamos a medida de não entregarmos projetos do Governo para que S.Exa. os numere enquanto não nos enviar a numeração necessária para que esta Casa aja de forma correta, de acordo com a sua legislação. Então, interrompemos a remessa de tudo o que está sendo apreciado aqui na esperança de que o Governo envie a sua numeração para que façamos corretamente a numeração dessa lei, que não é polêmica e já tem o anúncio de sua sanção pelo Governador porque ela simplesmente amplia de doze para dezesseis os assentos de passageiros dos atuais transportes alternativos, possibilitando inclusive a sua renovação, o que beneficiaria o setor e a população com um serviço da melhor qualidade.

Portanto, Deputado Filippelli, estamos buscando fazer essa intermediação e esperamos, em breve, ter o número da lei e a sanção desse projeto.

DEPUTADO FILIPPELLI - Sra. Presidente, agradeço o esclarecimento de V.Exa. e lembro que antes de esgotar o prazo para sanção, o Governador chegou a marcar data prometendo uma sanção festiva. Inclusive tal promessa foi publicada em matérias de todos os jornais de Brasília que falavam da própria sanção e da festividade que a acompanharia. Portanto, trata-se de uma matéria de pleno acordo, votada por unanimidade e com a assinatura do Deputado Wasny de Roure, que é um Deputado do PT.

PRESIDENTE (DEPUTADA LUCIA CARVALHO) - Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão.

(Levanta-se a sessão às 17h03min.)

**TERCEIRA SECRETARIA
DIRETORIA LEGISLATIVA
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO**

**SETOR DE TRAMITAÇÃO, ATA E SÚMULA
SETOR DE TAQUIGRAFIA**

4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 2ª LEGISLATURA

**ATA DA 72ª
(SEPTUAGÉSIMA SEGUNDA)
SESSÃO ORDINÁRIA,**

EM 18 DE JUNHO DE 1998.

I - SÚMULA

PRESIDÊNCIA: Deputado Pedro Celso.

LOCAL: Plenário da Câmara Legislativa do Distrito Federal.

INÍCIO: 15 horas e 47 minutos.

TÉRMINO: 15 horas e 48 minutos.

1 - ABERTURA

Presidente (Deputado Pedro Celso):

- Está aberta a sessão.
- Sob a proteção de Deus, são iniciados os trabalhos.

2 - COMUNICADO DA PRESIDÊNCIA

- Informa que, de acordo com o Requerimento nº 2.028/98, de vários deputados, a sessão ordinária será transformada em Comissão Geral para discutir a importância da religião na formação da família.

3 - ENCERRAMENTO

Presidente (Deputado Pedro Celso):

- Declara encerrada a presente sessão.

II - DETALHAMENTO

PRESIDENTE (DEPUTADO PEDRO CELSO) - Está aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Em conformidade com o Requerimento nº 2.028, de 1998, e com fulcro no art. 92, do Regimento Interno, a presente sessão será transformada em Comissão Geral para discutir a importância da religião na formação da família.

(A sessão é transformada em Comissão Geral.)

Como não há Deputados inscritos, declaro encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 15h48min.)

Redação Final

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 147, DE 1997

REDAÇÃO FINAL

Dispõe sobre a criação do Centro Metropolitano do Guará, na Região Administrativa do Guará - RA X.

A Câmara Legislativa do Distrito Federal decreta:

Art. 1º Fica criado o Centro Metropolitano do Guará, para desenvolvimento de atividades comerciais e de lazer, em área localizada entre os limites do Guará I e Guará II, na qual estão situadas a via segregada do sistema de transporte metroviário do Distrito Federal e a rede elétrica de Furnas Centrais Elétricas S.A., na Região Administrativa do Guará - RA X.

§ 1º Para fins do disposto neste artigo, fica desafetada e passa à categoria de bem dominial a área referida no caput, condicionada à realização da audiência pública referida no art. 51 da Lei Orgânica do Distrito Federal.

§ 2º Compõe o Centro Metropolitano do Guará o Setor de Desenvolvimento de Atividades Econômicas, Sociais e Administrativas, localizado na QE 25, Área Especial 1, do Guará I, na Região Administrativa do Guará - RA X.

Art. 2º O poder público do Distrito Federal, diretamente ou mediante concessão de obra pública, realizará as adaptações necessárias na área referida no artigo anterior, especialmente para a adequação da via segregada do sistema de transporte metroviário e a implantação subterrânea ou desvio da rede elétrica ao desenvolvimento de atividades comerciais e de lazer.

§ 1º As áreas ou os lotes resultantes da realização das obras públicas de que trata este artigo poderão ter o uso trespassado ao concessionário das obras, mediante assinatura de contrato de concessão de uso.

§ 2º O prazo de vigência do contrato de concessão de uso das áreas ou dos lotes será o estritamente necessário à recuperação do capital investido nas obras públicas e à remuneração do investimento, de conformidade com o que dispuser o regulamento e o edital de licitação.

Art. 3º O Setor de Desenvolvimento de Atividades Econômicas, Sociais e Administrativas conterá áreas destinadas e constituídas dos seguintes lotes:

I - um lote com área de 7.000m² (sete mil metros quadrados), categoria institucional, destinado à Administração Regional;

II - um lote de 10.800m² (dez mil e oitocentos metros quadrados), categoria comercial, destinado ao comércio de bens em feira permanente;

III - um lote de 6.900m² (seis mil e novecentos metros quadrados), categoria de transporte, destinado ao terminal de integração ônibus-metrô;

IV - três lotes de 200m² (duzentos metros

quadrados) cada um, categoria comercial, destinados ao comércio de bens e à prestação de serviços;

V - três lotes de 1.300m² (um mil e trezentos metros quadrados) a 1.700m² (um mil e setecentos metros quadrados) cada um, categoria shopping center, destinados a shopping center, no térreo e primeiro pavimento, e à prestação de serviços, nos demais;

VI - um lote de 3.140m² (três mil, cento e quarenta metros quadrados), categoria shopping center, destinado a shopping center, no térreo e primeiro pavimento, e à prestação de serviços, nos demais;

VII - um lote de 1.050m² (um mil e cinquenta metros quadrados), categoria institucional;

VIII - quatro lotes de 1.050m² (um mil e cinquenta metros quadrados), categoria comercial, destinados ao comércio de bens, à prestação de serviços e ao uso institucional;

IX - seis lotes de 1.400m² (um mil e quatrocentos metros quadrados), categoria residencial, destinados à habitação coletiva;

X - um lote de 4.000m² (quatro mil metros quadrados), categoria institucional, destinado à construção do Fórum do Guará;

XI - um lote de 2.500m² (dois mil e quinhentos metros quadrados), categoria institucional, para comércio de bens e prestação de serviços;

XII - três lotes de 1.750m² (um mil setecentos e cinquenta metros quadrados) a 2.000m² (dois mil metros quadrados), categoria institucional, destinados ao Rotary Club Guará - Águas Claras, ao Lions Club Guará e ao Rotary Club do Guará - Governador Almir;

XIII - três lotes de 1.750m² (um mil setecentos e cinquenta metros quadrados) a 2.000m² (dois mil metros quadrados), categoria institucional, destinados ao Grêmio Recreativo Império do Cerrado - Escola de Samba, Associação Amigos da Casa da Cultura do Guará e a Associação dos Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE;

XIV - um lote de 1.500m² (um mil e quinhentos metros quadrados), categoria institucional, para comércio de bens e prestação de serviços.

§ 1º O Setor de Desenvolvimento de Atividades Econômicas, Sociais e Administrativas será criado por meio de parcerias do Poder Executivo, Poder Judiciário e segmentos empresariais interessados.

§ 2º Será aplicado o instrumento de concessão de uso do solo, nos incisos XII e XIII deste artigo.

§ 3º A concessão de uso se dará a título não oneroso e será firmada mediante contrato entre as entidades devidamente credenciadas e a Administração Regional, na ocasião da expedição do alvará de construção.

Art. 4º O Instituto de Planejamento Territorial e Urbano do Distrito Federal - IPDF - elaborará o plano urbanístico para implantação do Setor de Desenvolvimento de Atividades Econômicas, Sociais e Administrativas.

Art. 5º A densidade populacional e os índices urbanísticos para a área respeitarão as diretrizes emanadas do estudo de impacto ambiental e do respectivo relatório a ser elaborado pelo Poder Executivo.

Art. 6º O Poder Executivo regulamentará esta Lei Complementar no prazo de noventa dias.

Art. 7º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 8º Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões, 1º de julho de 1998.

Mesa Diretora

Ato da Mesa Diretora

ATO DA MESA DIRETORA Nº 61, DE 1998

A Mesa Diretora da Câmara Legislativa do Distrito Federal, no uso de suas atribuições regimentais, em especial a do art. 36 do Regimento Interno,

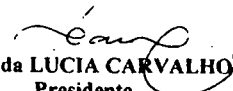
RESOLVE:

Art. 1º Designar a Deputada Lucia Carvalho para, em nome da Câmara Legislativa do Distrito Federal, realizar a missão de entrega dos títulos de Cidadão Honorário de Brasília concedidos nos termos dos Decretos Legislativos nº 280 e nº 282, ambos de 1998, em Tóquio, no Japão, entre os dias 13 e 21 de julho de 1998.

Art. 2º Para fins do disposto no artigo anterior, a Parlamentar fará jus ao pagamento de oito diárias durante a missão.

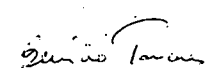
Art. 3º Este ato entre em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 01 de julho de 1998.


Deputada LUCIA CARVALHO
Presidente


Deputado LUIZ ESTEVÃO
Vice-Presidente

Deputado JOSÉ EDMAR
Primeiro Secretário


Deputado BENÍCIO TAVARES
Segundo Secretário

Deputado JOÃO DE DEUS
Terceiro Secretário

CAMPANHA DO AGASALHO

Convidamos os servidores desta Casa a aderir à Campanha do Agasalho, iniciativa do Instituto Candango de Solidariedade, que tem por objetivo arrecadar cerca de trinta mil agasalhos, bem como calçados e cobertores que serão repassados à população carente já cadastrada naquele Instituto.

As doações poderão ser entregues na Coordenadoria de Segurança da CLDF.

A Saideira



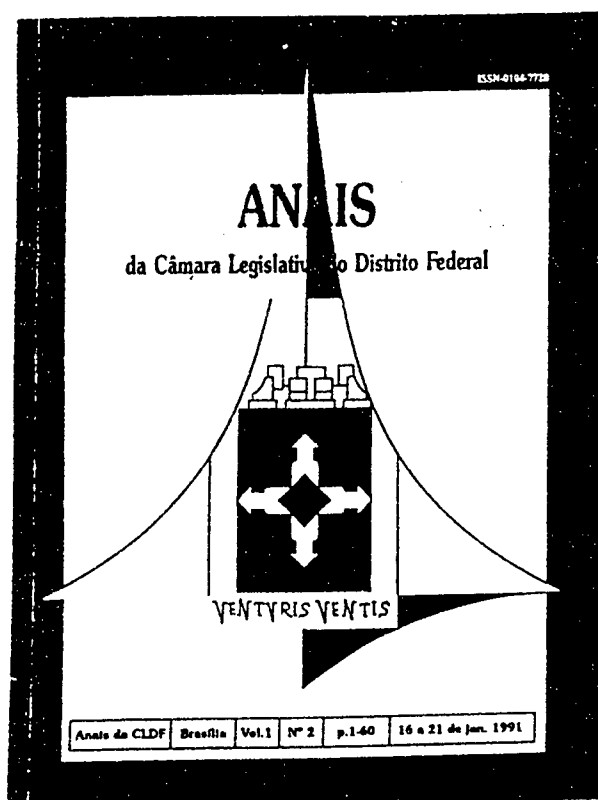
Quem bebe e dirige
arrisca a vida de
quem não tem nada
com isso, de quem o
acompanha e a própria.



PARE
PENSE
FIQUE VIVO



CÂMARA LEGISLATIVA
DO DISTRITO FEDERAL
Trabalhando Por Você.



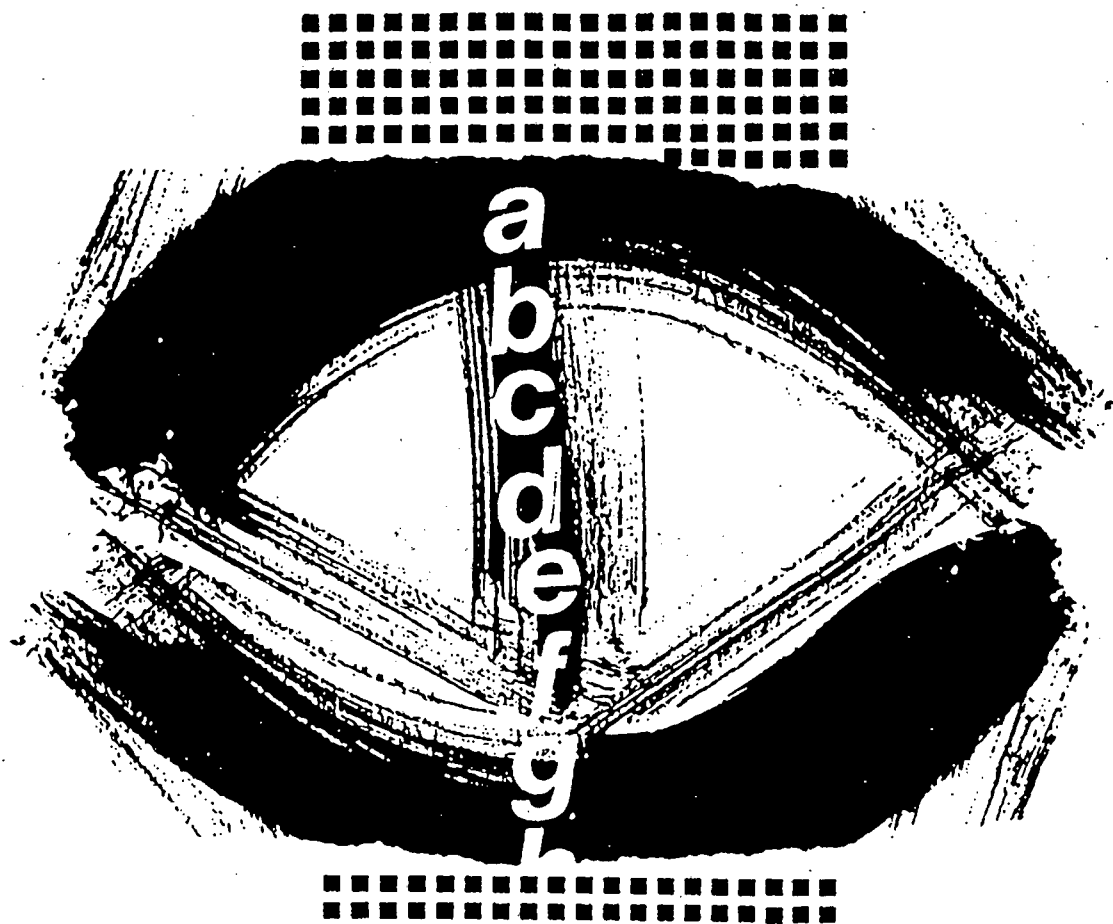
O dia-a-dia político
e a construção
da memória
de nossa cidade
nos ANAIS
da CLDF.



CORA

Já faz dez anos...

A literatura
levada
ao conhecimento
da comunidade
pela
revista literária
de Brasília
DF-LETRAS.



DF-LETRAS

A REVISTA LITERÁRIA DE BRASÍLIA

DE OLHO NA
CULTURA

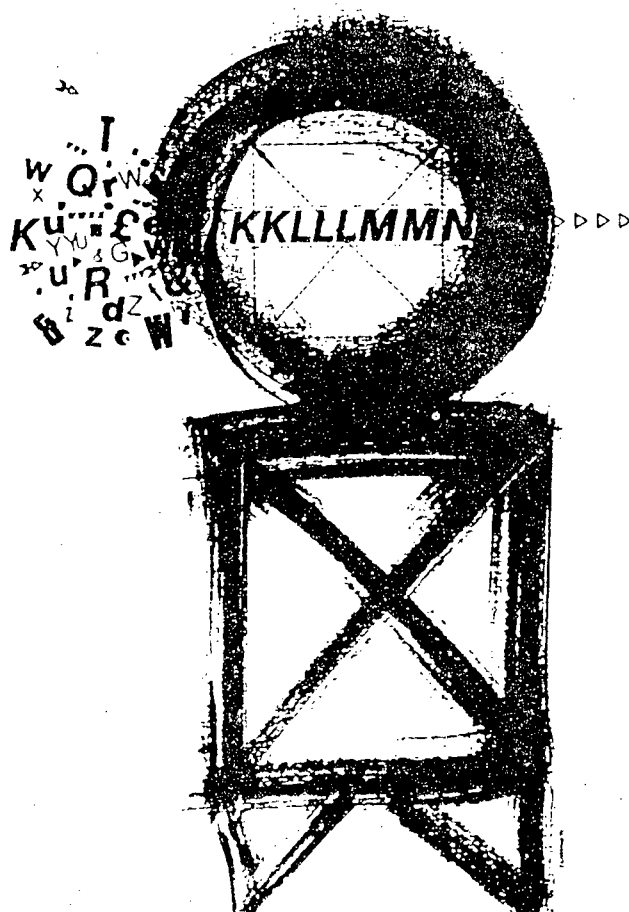
Câmara Legislativa do Distrito Federal

Vice-Presidência

Coordenadoria de Editoração e Produção Gráfica

D F - L E T R A S

A REVISTA LITERÁRIA DE BRASÍLIA



DE OLHO NA CULTURA

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

VICE-PRESIDÊNCIA

COORDENADORIA DE EDITORAÇÃO E PRODUÇÃO GRÁFICA